

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LUCIANO CONSTANT OLIVEIRA

ENGANJAMENTO OU OBJETIVIDADE:
REFLEXOS DA MÍDIA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Rio de Janeiro
2006

LUCIANO CONSTANT OLIVEIRA

ENGAJAMENTO OU OBJETIVIDADE:
REFLEXOS DA MÍDIA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial para obtenção do grau em
Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dtr^ª. Ana Paula Goulart.

Rio de Janeiro
2006

LUCIANO CONSTANT OLIVEIRA

ENGAJAMENTO OU OBJETIVIDADE:
REFLEXOS DA MÍDIA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial para obtenção do grau em
Jornalismo.

Aprovada em 05 de julho de 2006.

Prof.^a. Ana Paula Goulart

Prof. Fernando Mansur

Prof. William Braga

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central permitir a compreensão da existência de forte engajamento político da mídia no segundo governo Vargas quando havia um processo de transição direcionado para a objetividade jornalística (Weltman, 1996). A década de 50 foi o ápice desse processo de modernização em que a opinião era substituída gradativamente pela informação. Daí surge o ponto de contradição que norteia este estudo: em meio a esse contexto, alguns órgãos midiáticos serviram como palco de intensa subjetividade e interesses direcionados durante o governo democrático de Getúlio Vargas. Dentre estes, alguns mais proeminentes são analisados, bem como pontos importantes da trajetória e posicionamentos de seus donos: Assis Chateaubriand, Carlos Lacerda e Samuel Wainer. Os *Diários Associados*, a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora* manifestaram claramente combatividade editorial, mas não se furtaram em participar do direcionamento à objetividade latente nesses anos. O jornal de Wainer exerceu papel de maior relevância nesse sentido, adotando uma série de medidas pioneiras que influenciaram enormemente a concorrência e se refletem até os dias de hoje (Barros, 1978). Como metodologia adotada, foi realizada ampla pesquisa bibliográfica para o esclarecimento dos fatos relatados, seja a respeito do papel da mídia como também das transformações políticas em curso no país. O *corpus* de análise do estudo centra-se nas edições da *Tribuna da Imprensa* e da *Última Hora* entre o período de 5 até 24 de agosto de 1954. Essa delimitação se refere ao turbulento momento político vivido pelo país desde o atentado sofrido por Carlos Lacerda na Rua Toneleros até o suicídio de Vargas, ilustrando o combate exacerbado entre a legalidade e a deposição do presidente. A importância da análise dos três jornalistas reside no fato de que cada um deles tinha uma característica própria para operar no engajamento típico do período. Assis Chateaubriand moldava os seus posicionamentos de acordo com a adequação dos interesses de seu conglomerado (*Diários Associados*); Samuel Wainer tornou-se íntimo de Getúlio Vargas de tal modo que a linha editorial da *Última Hora* ficou intrinsecamente ligada ao presidente; Carlos Lacerda utilizou-se da *Tribuna da Imprensa* para satisfazer suas motivações políticas, visto que tinha pretensões de se tornar político de renome nacional, combatendo de todo modo o governo Vargas e a eventual influência do presidente para indicação de seu sucessor. Essas motivações peculiares somadas a outros fatores como o revanchismo de parte da grande mídia em relação à censura do Estado Novo, por exemplo, permitiram que o engajamento político coexistisse com o processo de transição em direção à objetividade jornalística. Assim, a mídia participou e influenciou a atividade política neste período.

Palavras-chave: mídia e política, segundo governo Vargas, objetividade jornalística, Assis Chateaubriand, Samuel Wainer, Carlos Lacerda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 GETÚLIO VARGAS: VOLTA AO PODER NOS BRAÇOS DO POVO	8
1.1 DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO	8
1.2 QUADRO POLÍTICO PARTIDÁRIO PÓS-ESTADO NOVO	12
1.3 GOVERNO VARGAS: REALIZAÇÕES E ADVERSIDADES	14
2 RELAÇÕES DE VARGAS COM A MÍDIA.....	22
2.1 ASSIS CHATEAUBRIAND E OS <i>DIÁRIOS ASSOCIADOS</i>	22
2.2 SAMUEL WAINER E A <i>ÚLTIMA HORA</i>	32
2.3 CARLOS LACERDA E A <i>TRIBUNA DA IMPRENSA</i>	42
3 AGOSTO: COBERTURA DA CRISE HISTÓRICA.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar a aparente contradição entre o engajamento político da imprensa no segundo governo Vargas (1951 – 1954) e o momento de transição direcionado para o modelo norte-americano de objetividade jornalística ocorrido nos anos 1950. É um interessante desafio avaliar como pôde coexistir o envolvimento de meios de comunicação no acirramento dos debates oposição-governo ao mesmo tempo em que a opinião perdia espaço para a informação.

Na década de 50, o Brasil ingressava definitivamente numa era de industrialização; nesse contexto, verificou-se o incremento da indústria cultural, com uma relativa massificação do rádio e o surgimento da TV. Diante desse contexto, a imprensa escrita passava pela transformação definitiva do “jornalismo literário” para dar lugar central ao jornalismo “empresarial”. (Weltman, 1996).

O “jornalismo literário”, predominante até então, primava por incorporar, além das notícias, a opinião política, deixando o lucro em segundo plano. Seus destaques principais eram os imperativos propagandísticos de idéias, opiniões e personalidades. A segunda metade do século XIX teve esse modelo de jornalismo de influência francesa como mote primordial, dando amplo destaque à paixão devotada aos ideais republicanos e libertários.

Após o estabelecimento do Estado de Direito burguês, a imprensa pôde abdicar de sua posição polêmica para privilegiar uma ótica comercial. A década de 50 acentuou ainda mais esse preceito, visto que, neste período, ocorreram mudanças estruturais significativas no país. Dentre os quais, destacam-se o processo de substituição de importações, a crescente produção industrial de bens intermediários e de bens de capital, além da exigência de quadros com formação técnico-científica. Todos esses fatores contribuíram para a formação efetiva de uma sociedade de consumo que acabou incidindo também sobre a esfera da imprensa.

Deve-se destacar o fato de que o processo de modernização incidiu não apenas na área editorial, mas também nos aspectos gráficos das publicações. Recursos visuais passaram a ser amplamente utilizados, por meio de fotos dinâmicas, ilustrações; o intuito era conferir maiores atrativos e facilidades de entendimento para o público, poupando tempo para absorver as informações necessárias ou procuradas. A esfera empresarial também apresentou amplas mudanças nos meios de comunicação; enquanto o desenvolvimento de rotativas mais modernas permitiu mais agilidade na impressão, a utilização do telégrafo facilitou a transmissão mais rápida das notícias.

O estabelecimento concreto desse modelo norte-americano de jornalismo teve inserção pioneira no jornal *Diário Carioca* que implementou práticas determinantes para o direcionamento à busca da objetividade e imparcialidade. Desde meados dos anos 40, Pompeu de Souza, jornalista incumbido de levar à frente as inovações na publicação, já defendia maior concisão e objetividade nos textos jornalísticos. O grande marco desse processo ocorreu em 1950, quando o *Diário Carioca* desenvolveu o primeiro manual de redação da imprensa brasileira, tendo como principal ponto a orientação para o uso do *lead*.

Este consiste em agrupar todas as informações primordiais para o entendimento da notícia logo no primeiro parágrafo, respondendo às principais questões acerca do tema de modo objetivo. A fim de conferir maior integralidade ao jornal, foi instituído o *copy desk*, grupo de redatores incumbidos de reescrever as matérias dos repórteres. (Ribeiro, 2000). Outra forma de facilitar e poupar tempo de leitura das notícias foi através da “pirâmide invertida”. Essa técnica privilegiava a disposição dos dados mais importantes nos primeiros parágrafos em detrimento das informações menos relevantes, que ficavam dispostas mais ao final do texto. Todos esses fatores causaram enorme repercussão na mídia nacional e contribuíram de forma significativa para mudanças nos demais meios de comunicação.

Tendo como pano de fundo esse processo de modernização e a plenitude das liberdades para o exercício da atividade jornalística, a partir de 1945, este estudo se propõe a analisar o engajamento político de determinados meios de comunicação durante o segundo governo Vargas. O primeiro capítulo tem como meta delinear uma síntese histórica acerca do período compreendido entre o fim do Estado Novo e a volta de Getúlio Vargas ao poder pela via democrática. Através disso, busca-se depreender os conflitos existentes na sociedade brasileira e os posicionamentos de diversos setores na busca de seus respectivos interesses.

Primeiramente, pretende-se averiguar os últimos momentos de Getúlio Vargas à frente do poder Executivo, quando o Estado Novo (1937 – 1945) estava para acabar, encontrando-se o país na iminência da redemocratização. É interessante atentar para a diferença no discurso daqueles que desejavam ver Getúlio destituído e de setores populares que defendiam seu nome como opção para concorrer às eleições presidenciais. Essa mesma dicotomia acabaria acompanhando o líder gaúcho até o seu próximo governo (1951 – 1954) e estariam inseridas nas páginas dos principais meios de comunicação do país. No mesmo capítulo, é traçado um panorama do quadro político-partidário delineado com a volta do Brasil à democracia. Assim, busca-se entender a disposição de forças no cenário político, bem como os interesses e características das três principais agremiações do período: UDN, PSD e PTB.

Após traçar um panorama anterior à eleição de Vargas, tendo por base a sua deposição com o término do Estado Novo e o quadro político partidário que se delineou com a volta da democracia, cumpre-se fazer um registro histórico dos principais acontecimentos de seu governo da década de 50. Torna-se necessário esse estudo não apenas para um entendimento acerca das questões, contradições e fatos que marcaram sua administração, mas também para contextualizar e buscar depreender o engajamento político de determinados meios de comunicação durante este período. Será feita uma depreensão das principais realizações e permutações do governo, bem como as adversidades sofridas até chegar ao ponto insustentável que levou o presidente a cometer o suicídio.

Para delimitar o campo de análise na esfera jornalística, o segundo capítulo destaca três meios de comunicação que se notabilizaram pelo engajamento ao longo do governo Vargas, bem como a trajetória e posicionamentos de seus respectivos donos. Assim, serão abordados esses fatores acerca dos *Diários Associados*, conglomerado de Assis Chateaubriand, da *Última Hora*, jornal de Samuel Wainer e da *Tribuna da Imprensa*, jornal de Carlos Lacerda.

Assis Chateaubriand teve uma longa relação com Getúlio Vargas desde o final da década de 20; houve alianças de ocasião e afastamentos de acordo com os interesses de ambos. Há destaque também para a atuação do repórter Samuel Wainer, quando este trabalhava nos *Diários Associados* e ajudou a popularizar a candidatura de Getúlio Vargas com sua cobertura do processo eleitoral. Após a eleição de Vargas, Samuel Wainer criou o jornal *Última Hora* que se notabilizou na defesa do presidente diante de grande oposição dos demais meios de comunicação. Dentre estes, aquele que mais se engajou no combate a Getúlio Vargas foi a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, o que torna igualmente imprescindível averiguar as posições e pontos principais da trajetória deste jornalista. As duas publicações travaram verdadeiros combates em suas páginas na manifestação de apoio e oposição ao governo.

No terceiro capítulo, o *corpus* de análise deste trabalho procura verificar a atuação da *Tribuna da Imprensa* e da *Última Hora* no período mais turbulento do segundo governo Vargas: o mês de agosto de 1954, quando ocorreu o atentado da Rua Toneleros. Todas as tensões latentes da oposição acirraram os ânimos a tal ponto que a renúncia de Vargas passou a ser exigida em diversos setores, sobretudo na mídia e nos meios militares. Para averiguar a atuação dos jornais mais antagônicos em relação ao governo Vargas, foi efetuada uma análise da cobertura realizada por esses dois veículos entre o dia 5 (dia do atentado) e o dia 24 de agosto (dia do suicídio do presidente Vargas).

CAPÍTULO 1

GETÚLIO VARGAS: VOLTA AO PODER NOS BRAÇOS DO POVO

1.1 – DEPOSIÇÃO DE GETÚLIO

O Brasil chegava ao início dos anos 1950 com um quadro político instável; a democracia havia sido restabelecida no pós-guerra de 1945, existia uma polarização evidente entre o projeto de poder dos três principais partidos políticos, além dos reflexos da guerra fria no cenário nacional. Chegava ao fim o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, marcado pelo alinhamento incondicional aos Estados Unidos, repressão aos comunistas no Brasil, abertura da economia nacional, aumento da inflação e estagnação do salário dos trabalhadores.

O governo Dutra foi precedido pelo Estado Novo (1937-1945), regime autoritário presidido por Getúlio Vargas, marcado pela censura e inexistência de partidos políticos na legalidade. O esgotamento desse período ditatorial teve seu ápice no ano de 1945, quando a viabilidade política para sua manutenção chegou ao limite. No quadro externo, a Segunda Guerra Mundial chegava ao seu final, com a vitória dos Aliados sobre o Eixo. Esse desfecho simbolizava uma grande contradição para o Brasil, já que o país enviara tropas para a Europa a fim de combater regimes ditatoriais de traços semelhantes ao do Estado Novo.

Além disso, clamores para a volta da democracia começaram a ser exortados no cenário nacional. Em fevereiro de 1945, José Américo de Souza, que tivera sua ambição de se tornar presidente da República prejudicada pela implantação do Estado Novo, concedeu entrevistas aos jornais, falando abertamente acerca da necessidade de eleições livres. O ponto central de sua explanação dava suporte à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes para o mais alto posto do poder Executivo.

Essa entrevista bombástica deixou evidente que a censura do Estado Novo, após anos de intensa atuação, havia sido afrouxada e que o país caminhava rumo à redemocratização. O fato de não ter havido maior controle por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi um indicativo de que a mídia passava a possuir margem de manobra para contestar o presidente Vargas. Isso porque o DIP se notabilizara, ao longo dos anos anteriores, pelo controle dos meios de comunicação; seja pela proibição de determinados assuntos ou orientação para a publicação de outros, sendo que estes eram norteados de acordo

com os interesses do governo. Os órgãos de imprensa que infringissem as normas do DIP podiam ser punidos por multa, suspensão ou mesmo fechamento. (Ribeiro, 2000).

As manifestações a favor da volta da democracia se estenderam para grupos estudantis que realizaram comício na Praça da Sé, pregando o fim da censura, anistia e desferindo ataques ao getulismo. Contudo, o evento foi interrompido por centenas de populares, de aparência humilde, que contestaram os ataques dos estudantes e manifestaram seu apoio irrestrito a Getúlio Vargas. Esse movimento acabou se intensificando ao longo de 1945 e ficou conhecido como “queremismo”, ou seja, a expressão da vontade popular que visava à permanência de Vargas no poder.

A grande imprensa rapidamente classificou os componentes do “queremismo” com adjetivos tais como desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos (Ferreira, 2003). Além disso, a mídia e a oposição ao Estado Novo justificaram a mobilização popular como fruto da manipulação da propaganda política orquestrada pelo DIP sobre as massas populares que, segundo a versão dos detratores, não teriam meios nem instrução para evitar a dissuasão desses instrumentos estatais.

Contudo, essa justificativa para a atuação de populares na defesa de Getúlio pecava por não levar em conta os benefícios que os trabalhadores passaram a ter após a implantação de leis, garantias e direitos advindos do período de 1930 a 1945. Essas medidas, implementadas ao longo do governo Vargas, alteraram efetivamente a vida dos trabalhadores que se sentiam resguardados em seus ofícios e finalmente contemplados por um governante. Jorge Ferreira, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, exprimiu com precisão a diferença na vida do trabalhador brasileiro antes da década de 30 e no período final do Estado Novo:

É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos portanto, toda a legislação trabalhista, à exceção do salário mínimo, foi promulgada: limitação de jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho e etc. O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. (Ferreira, 2003, p. 19).

Em abril de 1945, a UDN capitaneava o principal foco de oposição a Getúlio Vargas. Sua principal reivindicação era o fim do Estado Novo e eleições para presidente, sem a participação de Vargas. O nome escolhido para comandar essa oposição e se lançar como candidato a presidente da República foi o do brigadeiro Eduardo Gomes, respeitado por suas credenciais: “alta patente militar, legenda de herói, tradição em lutas democráticas e um nome limpo” (Ferreira, 2003, p. 21).

A grande imprensa realizou uma cobertura entusiasmada acerca da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes; sua vitória era dada como certa e praticamente inevitável. Seu principal adversário na corrida presidencial foi o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido ministro da Guerra durante o Estado Novo. As citações a Dutra eram menos frequentes na mídia, o espaço era reduzido e misturado a matérias de outros temas, o que denotava menor relevância ao seu nome.

Apesar da indicação de que a disputa presidencial ficaria centrada nos nomes desses dois candidatos, o “queremismo” ganhou força e a candidatura de Vargas passou a ser uma possibilidade concreta. Isso ficou ainda mais claro quando Luís Carlos Prestes enviou telegrama a Vargas, no dia 15 de agosto - cinco dias antes de um importante comício “queremista”, comunicando a decisão do PCB de lutar por uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais, ou seja, Getúlio permaneceria no poder enquanto a Assembléia fosse composta.

O segundo comício significativo dos “queremistas” ocorreu no final de agosto; foi designado como o “dia do fico” e teve como motivação principal a desincompatibilização de Vargas a fim de disputar as eleições. O presidente, contudo, não realizou o desejo das massas e se manteve na presidência, o que eliminou a possibilidade da candidatura neste momento, visto que o prazo para o desligamento se daria no dia 3 de setembro. Isso levou os adeptos do “queremismo” a clamar pelo que já havia sido defendido por Prestes: uma “Constituinte com Getúlio”.

Os trabalhadores tinham uma imagem de respeito e admiração em relação à figura de Getúlio Vargas, na medida em que o presidente era visto como pioneiro no tratamento fraterno com as classes populares. Antes de 1930, trabalhador era caso de repressão policial e não possuía uma rede de proteção que garantisse qualquer direito ou benefício. O grande temor dos mais pobres era de perder a cidadania social conquistada sob a presidência de Vargas, que era na verdade o grande fiador dessa política; sua imagem se confundia com a do próprio trabalhismo. Além dessa identificação com Vargas, esses trabalhadores sentiam desconfiança dos que clamavam pela democracia, já que estes

costumavam designá-los depreciativamente. Trecho de um manifesto de trabalhadores publicado em *O Radical* ilustra bem a linha de pensamento dos operários brasileiros a respeito do tema:

Bagunceiros, analfabetos e bêbados! É assim que os políticos da oposição tratam os operários brasileiros. Mas, nós os operários, não devemos estranhar esse tratamento por parte dos tais “democratas”, pois foi sempre assim que eles nos julgaram quando, antes da subida ao poder do Grande Presidente Vargas – o redentor do operário brasileiro – tentávamos erguer a nossa voz em defesa dos nossos direitos...Mas porque, então, falam hoje tanto em operário; em proteção ao operário, em casa para o operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais “democratas”, não se lembravam do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos?!... Se Vargas nada fez pelos trabalhadores, como denunciam as oposições, ao menos um grande benefício ele prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais democratas. (Ferreira, 2003, p. 31).

O fortalecimento do “queremismo” e a possibilidade de instalação de uma Assembléia Constituinte anterior às eleições presidenciais trouxeram receios à oposição, visto que poderia haver uma brecha que conferisse uma possibilidade do presidente se perpetuar no poder. Dessa forma, a UDN recorreu às Forças Armadas para garantir a realização do pleito presidencial, sem o nome de Vargas na disputa. O secretário-geral do partido enviou carta ao general Góes Monteiro com o pedido de “garantias indispensáveis à liberdade do pleito”.

Getúlio Vargas fora longe demais em sua aproximação com as reivindicações do movimento “queremista”; além de ter se posicionado tardiamente, sua base de sustentação política para a permanência no poder era limitada, visto que as Forças Armadas, imprensa e amplos setores das elites estavam contra ele. Assim, em 29 de outubro, Getúlio foi deposto por um golpe militar, assumindo, em seu lugar, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. O desfecho havia sido arquitetado quatro dias antes, quando Linhares foi chamado para reunião no Ministério da Guerra, onde os candidatos à presidência Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes lhe fizeram o convite para ocupar o cargo presidencial até a realização de eleições. Após a combinação entre as partes, a deposição ocorreu sem maiores obstáculos. Dessa forma, chegou ao fim um longo período de Vargas no poder, quinze anos, repleto de transformações na sociedade brasileira, com destaque para seu legado da legislação trabalhista e identificação junto às massas populares.

Getúlio Vargas não sairia de cena sem antes exercer participação efetiva na sucessão presidencial: seu apoio ao ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra na eleição foi

primordial para a vitória deste sobre o brigadeiro Eduardo Gomes. Para selar o acordo com Getúlio, Dutra teve de se comprometer a manter as leis sociais do governo Vargas e a nomear um integrante do PTB para o Ministério do Trabalho. O resultado da aliança, estratégica para ambos, foi a vitória de Dutra com 55,39% dos votos contra 35,75% de Eduardo Gomes, selando assim a volta da democracia eleitoral no Brasil.

1.2 – QUADRO POLÍTICO PARTIDÁRIO PÓS-ESTADO NOVO

Para analisar os desdobramentos do governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), bem como o papel de veículos midiáticos engajados na disputa política, é imperativo traçar um panorama do quadro político-partidário que se formou após o fim do Estado Novo. Desse modo, devem ser destacadas as forças políticas que se aglutinaram a partir deste momento, tendo em vista a polarização entre projetos de poder e divisão de forças no cenário político nacional. O foco dessa análise incidirá nos três partidos de maior projeção nesse período democrático (1945-1964): PTB, PSD e UDN.

Desde 1937, não existiam partidos políticos no cenário nacional, visto que foram excluídos após o advento do Estado Novo, cujo autoritarismo também aboliu as Câmaras de Vereadores nos municípios, Assembléias Legislativas nos estados, como também Câmara dos Deputados e Senado em nível nacional. A partir de 1945, contudo, um novo panorama político começou a se delinear sob as perspectivas da volta à democracia e da saída de cena de Getúlio do poder Executivo.

Apesar dos clamores por democracia e liberdade, potencializados pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o discurso dos que desejavam o fim do Estado Novo não encontrava ressonância junto às classes populares. Mesmo assim a oposição à continuidade de Getúlio Vargas no poder começou a ganhar contornos mais nítidos após a criação da União Democrática Nacional, a UDN, no dia 7 de abril de 1945. O partido atraiu todos aqueles que tinham como objetivo principal, a curto prazo, o término do Estado Novo e a conseqüente volta à democracia; não admitiam, entretanto, qualquer manobra que pudesse eventualmente possibilitar nova candidatura de Vargas.

Num primeiro momento, o foco de atenção dos correligionários da UDN era centrado no combate a Getúlio, atraindo assim uma formação diversificada para dentro do partido. Isso explica porque grupos antagônicos como oligarcas destronados na revolução de 1930, antigos aliados de Getúlio – marginalizados depois de 1930 ou em 1937 - participantes

do Estado Novo que se afastaram antes de 1945, grupos liberais com forte identificação regional e até mesmo esquerdistas se coligaram numa agremiação, apesar da divergência ideológica evidente entre tais vertentes. (Delgado, 2003).

Apesar dessa orientação democrática que caracterizou seu início de vida, a UDN se destacou posteriormente por contestações às derrotas eleitorais que sofreu e por tentativas de golpe. Além disso, a associação inicial com os comunistas logo se tornaria insustentável, visto que as diretrizes predominantes no partido passariam a ser, a médio e longo prazo, o alinhamento com os Estados Unidos no contexto externo da Guerra Fria além de projeto de governo atrelado ao capital estrangeiro e à iniciativa privada.

Por outro lado, os políticos que apoiavam Getúlio Vargas acabaram se agrupando, majoritariamente, no Partido Social Democrático, o PSD. A principal bandeira do partido era da transformação, no sentido da volta à democracia, mas com a manutenção das políticas implementadas por Vargas. Setores da classe média urbana, representantes das oligarquias estaduais e interventores do período do Estado Novo foram os principais expoentes desse novo partido político que nasceu sob a égide de Vargas. Entretanto, cabe destacar que não houve apelo para o ingresso de setores populares da sociedade na agremiação, apesar da enorme aprovação e popularidade de Getúlio junto a esse segmento eleitoral.

Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, a penetração e vivência na máquina pública, experimentadas pelos correligionários desse novo partido, foram de vital importância para o sucesso do partido no regime democrático estabelecido após o Estado Novo. Delgado ressalta: “Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava sólida infra-estrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da Federação.” (Delgado, 2003, 139).

Outra característica marcante do PSD foi a maleabilidade para formar alianças em eleições e encontrar subterfúgios para alcançar ou se manter no poder. Para isso, as negociações e acordos com diversos setores para a chegada de um consenso acabaram sendo vitais para o sucesso eleitoral do partido durante o período que compreende o fim do Estado Novo até a eclosão do Golpe Militar de 1964. Sua aliança estratégica com o PTB teve papel primordial em seus êxitos, já que este fator deixou a UDN em situação desfavorável perante essa união, principalmente no decorrer da década de 50.

Se o PSD funcionou como aporte natural para os aliados de Getúlio que tinham vínculos com a máquina pública governamental, o PTB foi criado, dando ênfase à incorporação de trabalhadores identificados com o projeto getulista de poder. Ou seja, atrair

aqueles que foram beneficiados pela legislação trabalhista implementada pelo governo Vargas e que identificavam o presidente como o fiador desse processo. Assim, operários, profissionais sindicalizados e funcionários públicos foram os principais expoentes do novo partido que surgia ainda no período final do Estado Novo.

Pode-se dizer, aliás, que o PTB serviu como institucionalização do quererismo, na medida em que os membros deste movimento conseguiram se mobilizar dentro de um partido. O próprio presidente Getúlio Vargas, ciente das dificuldades de permanecer no poder, após a ditadura do Estado Novo, incentivou os trabalhadores a ingressar na agremiação. Segundo ele, devia-se “evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos com eles assumidos.” (Vargas *apud* Ferreira, 2003, 38-39).

A sensibilidade política de Getúlio foi primordial para o agrupamento dos trabalhadores num partido político, tendo em vista a não identificação dos setores populares com os outros partidos que nasciam, considerados elitistas, caso do PSD e da UDN. Além disso, o PTB propiciou a possibilidade de conter potencial crescimento do operariado no PCB, mantendo esses trabalhadores atrelados ao trabalhismo getulista.

A identificação dos petebistas com as reivindicações e anseios da classe trabalhadora, bem como a prioridade de questões sociais em sua orientação programática, fizeram com que o partido recebesse fortes contestações da UDN e da grande mídia. Sistemáticamente o PTB sofreu acusações de relações com o peronismo, além da possibilidade levantada de uma suposta implantação de uma República Sindicalista no Brasil, ou até mesmo o perigo de associações com o comunismo. Essas e outras ilações foram veiculadas pela grande mídia, impondo certo desgaste da imagem partidária, fundamentalmente entre setores da classe média, principal segmento de consumidores dos jornais. (Ferreira, 2003).

1.3 – GOVERNO VARGAS: REALIZAÇÕES E ADVERSIDADES

Após ter sido eleito como senador em vários estados, e passado o governo Dutra mantendo certo controle sobre o PTB, mas sem a mesma evidência que desfrutava quando era presidente, Getúlio acabaria se candidatando novamente para o cargo que mais tinha vocação e estimava. Vargas passara os últimos anos recolhido, na maior parte do tempo,

em São Borja, Rio Grande do Sul. Isso, contudo, não diminuiu seu poderio político, já que manteve contatos constantes com lideranças políticas que visavam o seu apoio, mais acentuadamente na proximidade das eleições que ocorreriam em 1950. Eusébio Rocha descreve com precisão o papel desempenhado por Getúlio Vargas nesse período:

Quando ele estava em São Borja e começou o problema sucessório, imediatamente ele começou a ser ouvido, porque ninguém tinha dúvida de que ele era o grande eleitor do país. Então São Borja passou a ser a Meca dos políticos. Quer dizer, todos eles iam lá para conversar com o dr. Getúlio e encontrar soluções. Ele então reafirmou que não era candidato, que aquela fase que o país ia atravessar era muito difícil, e seria bom haver uma unidade nacional em torno das candidaturas. (Rocha *apud* Lima, 1986, 164).

Getúlio acabaria não mantendo a assertiva de que não seria candidato, devido em parte à sua estima pelo poder e ao próprio desencadeamento dos fatos. Vargas acenava com a possibilidade de apoiar um candidato da UDN, caso o indicado fosse o amigo Oswaldo Aranha ou até mesmo o brigadeiro Eduardo Gomes, se este recebesse o apoio do PSD. A candidatura de Gomes de fato se concretizou, porém não buscou obter apoio do Partido Social Democrático que, por sua vez, lançou o nome de Cristiano Machado para a disputa presidencial. A soma desses fatores fez com que o PTB insistisse na candidatura de Getúlio a fim de retomar o projeto nacional-desenvolvimentista que havia sido rompido no governo Dutra. Vargas anunciou de fato sua candidatura no dia 7 de junho de 1950, em carta a Salgado Filho, conhecida como “carta manifesto”:

Estão sempre presentes ao meu espírito os insistentes apelos quotidianos recebidos de todos os pontos do país para concorrer... Fui dos primeiros a apoiar a democrática sugestão do governador Walter Jobim, para que se tentasse o encontro de um candidato comum... Apressei-me mesmo a dar àquela sugestão todo o meu apoio pessoal... Não foi, assim, por obra ou imposição que não se chegou a um entendimento geral. Bem sei que a esta altura a União Democrática Nacional já sufragou, pelo voto unânime de seus convencionais, o nome do eminente brasileiro brigadeiro Eduardo Gomes, assim como o Partido Social Democrático está às vésperas de aprovar a escolha do preclaro compatriota Dr. Cristiano Machado. (Vargas *apud* Ribeiro, 2002 - 2, 8).

Além disso, houve o fortalecimento de seu nome graças ao apoio obtido junto ao governador de São Paulo, Ademar de Barros. Para o entendimento, o nome de Café Filho teve de ser aceito como postulante a vice-presidente na chapa eleitoral, o que causou certo desconforto, já que muitos desconfiavam dele. Amaral Peixoto deixou clara a sua

preocupação: “Confesso que não tenho nenhuma simpatia pelo Café e, se tivesse podido, se tivesse conversado com o dr. Getúlio a respeito da vice-presidência, eu teria impedido a candidatura do Café, porque achava que seria, como foi, muito prejudicial ao governo dele.” (Peixoto *apud* Lima, 1986, 166). A importância do acordo, entretanto, teve predominância, visto que Getúlio não possuía muita força no estado de São Paulo, colégio eleitoral estratégico para as eleições.

Nos discursos de campanha, Vargas acenava com o preço mínimo e financiamento oportuno para os produtores. Já as classes populares tiveram como ponto central do discurso a extensão dos direitos trabalhistas, que haviam sido efetuados junto aos trabalhadores das cidades durante sua permanência no poder (1930 – 1945). A meta de Getúlio para um novo mandato era estender esses benefícios trabalhistas, tais como salário mínimo, aposentadorias e pensões, para as classes laborais rurais. O ex-presidente abordou também a necessidade de uma nova lei agrária que condicionasse o uso da propriedade rural a uma finalidade social. Além disso, deixou clara sua contraposição a entrega de recursos naturais e estratégicos para o controle do capital estrangeiro.

O resultado final das eleições indicou clara vitória de Getúlio sobre os adversários: 48,7% dos votos contra 29,6% de Eduardo Gomes e 21,5% de Cristiano Machado. Partidários da UDN ainda tentaram impugnar o resultado, alegando que Vargas não obtivera a maioria absoluta dos votos, argumento que não encontrava ressonância junto à Constituição Federal. Neste momento, os militares não apoiaram o movimento contestatório dos udenistas e respeitaram o resultado do pleito. Esta foi a primeira ação incisiva da oposição para tentar desestabilizar Vargas no poder; o presidente, antes de eleito, já profetizara, em entrevista à *Folha da Noite*, as dificuldades que encontraria:

Conheço o meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que pela segunda vez não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto os meus nervos poderão agüentar? Uma coisa lhe digo: não poderei tolerar humilhações. (Vargas *apud* Ribeiro, 2001 - 2, 60)

Garantida a posse sem haver contestações dos militares, o presidente nomeou o general Newton Estillac Leal como ministro da Guerra. Isso ocorreu, em grande parte, devido ao fato de Getúlio buscar mostrar que não pretendia vetar adversários políticos em seu governo, tendo em vista que Estillac Leal era um adversário do general Góis Monteiro, aliado de Vargas que fora inclusive chefe do Estado-Maior da Revolução de 1930. Para a pasta da

Aeronáutica, optou-se pelo coronel Nero Moura, destacado comandante do Grupo de Caça da Força Aérea durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar dessas credenciais, o nome de Moura chegou a ser contestado pelo fato de não ser ele um brigadeiro, à época, o que indicava certa quebra na hierarquia. Apesar desse contratempo, Nero conseguiu obter apoio inclusive do brigadeiro Eduardo Gomes e aplacou de certa forma qualquer movimento golpista que pudesse ser desencadeado na Aeronáutica. (Ribeiro, 2001 - 2).

Visando o apoio do PSD no Congresso, o governo concedeu diversos ministérios à sigla. Dessa forma, João Neves da Fontoura foi designado para as Relações Exteriores, Horácio Lafer para a Fazenda, Ernesto Simões Filho para a Educação e Francisco Negrão Lima para a Justiça. O PSP, do governador paulista Ademar de Barros, foi contemplado com o Ministério da Viação e Obras Públicas, sob a batuta de Álvaro de Souza Lima. Até mesmo a UDN teve espaço na administração com a nomeação do pernambucano João Cleofas para a pasta da Agricultura, que era tradicionalmente destinada a algum político do estado. Ao PTB restou o espaço intrinsecamente associado ao partido, o ministério do Trabalho para Danton Coelho.

A primeira formulação da equipe de Vargas denotava certo conservadorismo nessa etapa governamental e demonstra a tentativa do presidente de compor com setores que temiam sua volta ao poder. Horácio Lafer, ministro da Fazenda, por exemplo, era um grande empresário financeiro de São Paulo e não tinha grandes vínculos com o projeto trabalhista do governo. Tancredo Neves, que seria nomeado ministro da Justiça no decorrer do governo, descreve como avaliou este momento da administração federal:

Ele fez uma campanha como líder de massas e organizou um ministério que era como uma interferência entre a sua pregação e o seu governo. Para obter maior estabilidade, ele tinha de fazer concessão às forças reacionárias e conservadoras que tentaram esse pacto. Ele fez uma opção plenamente consciente. Eu disse a ele uma certa ocasião: “Sr. presidente, se o senhor não recuou em fazer uma campanha popular e faz um ministério de tubarões, fica muito difícil.” De maneira que ele tinha o João Cleofas que era o rei do açúcar, o Simões Filho, que era o rei do cacau, o Jafet, que era o rei da indústria e das finanças, lá no Banco do Brasil. Quer dizer, ele não tinha no ministério dele uma expressão popular. O próprio ministro do Trabalho, que era o Danton Coelho, não tinha nenhuma vinculação com as classes trabalhistas no Brasil. (Neves *apud* Lima, 1986, 169).

Somente cerca de dois anos depois, em junho de 1953, Getúlio voltaria a fazer uma nova composição para o ministério. Neste período, apenas duas trocas haviam sido efetuadas no governo: Danton Coelho fora substituído por Segadas Vianna na pasta do Trabalho e o

general Estillac Leal saíra para a entrada de Ciro do Espírito Santo Cardoso no ministério da Guerra. Tendo em vista as dificuldades no âmbito externo das relações com o governo Eisenhower que se iniciava, o presidente optou por dar uma guinada desenvolvimentista na administração federal.

Assim, a reforma ministerial que começou a ser implementada visava ter um caráter trabalhista e conferir maior representatividade aos segmentos populares. João Goulart, homem de confiança de Getúlio, foi nomeado para o ministério do Trabalho devido, em grande parte, à sua capacidade de interlocução com os sindicatos; Oswaldo Aranha assumiu a pasta da Fazenda, tendo como prioridade a diminuição do déficit público e Tancredo Neves ingressou no governo como ministro da Justiça, desempenhando papel da maior relevância na defesa do governo até o suicídio do presidente. A troca mais conturbada para o governo ocorreu no ministério das Relações Exteriores com a saída de João Neves da Fontoura para o ingresso de Vicente Rao. Fontoura não aceitou de bom grado seu afastamento e acabaria se voltando contra o governo, já em 1954, quando concedeu entrevista ao jornal *O Globo*, revelando suposto acordo firmado entre Brasil, Argentina e Chile em prol de um pacto de resistência contra os Estados Unidos.

No âmbito civil, a saída mais marcante de um integrante do governo nomeado por Getúlio na reforma ministerial de 1953 ocorreu com o afastamento de João Goulart do Ministério do Trabalho. Jango sofreu, ao longo de sua gestão no ministério, fortes críticas da oposição e da mídia, principalmente devido à proximidade que exercia junto a trabalhadores e sindicatos. Uma acusação muito freqüente contra Goulart dava conta de supostas intenções do governo de se instituir uma república sindicalista no Brasil aos moldes do peronismo. No dia 4 de julho de 1953, o *New York Times* publicou editorial a respeito:

O informe sobre um plano para um possível golpe, publicado por jornais de responsabilidade e conservadores do Rio, não pode ser ignorado. Segundo o que nos foi transmitido por Sam Popp Brewer, o presidente Vargas não seria hostil à idéia de tipo peronista. Diz-se mais que com tal fim um golpe requereria que um general ocupasse o Ministério do Exército e outro oficial assumisse a direção das organizações operárias, à moda de Perón. Inquieta saber das acusações feitas por setores da imprensa de que o Sr. João Goulart pretende organizar os trabalhadores brasileiros em formação parecida com a CGT peronista. (Ribeiro, 2002 - 2, 194).

Após forte pressão de diversos setores sobre o ministro, mais destacadamente dos militares, João Goulart acabou pedindo demissão ao presidente Vargas. Jango não saiu do governo sem antes ter encaminhado ao presidente estudo acerca da adoção de certas medidas

no governo, tais como “revisão dos níveis de salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista.” (Ribeiro, 2001 - 2, 266).

No dia 1º de maio de 1954, Getúlio Vargas anunciaria, por meio do programa Voz do Brasil no rádio, que o salário mínimo recebera aumento de 100%. Dessa maneira, a disputa dentro do governo denotou a vitória do lado político, simbolizado pelo ministro João Goulart que já saía do governo e pelo próprio presidente, sobre o lado técnico, cuja figura de maior projeção era o ministro da Fazenda Oswaldo Aranha. Este receava o acréscimo substancial no rendimento dos trabalhadores por temer descontrole no déficit público e o risco de aumento na inflação. Além disso, o governo passou por cima de objeções de segmentos da sociedade, como certos setores patronais que não aceitavam a redistribuição dos lucros e militares que alegavam que o aumento representaria uma crise de recrutamento no Exército por conta do baixo soldo da classe. Obviamente, a oposição e grande parte da mídia manifestaram contrariedade à medida, julgando-a demagógica e perigosa no sentido de aumentar o desemprego. Para José Augusto Ribeiro, Getúlio tomou a decisão por “ter tido a percepção e já a certeza de que seu tempo se reduzia, inexoravelmente. Era preciso, portanto, agir rápido.” (Ribeiro, 2002 - 2, 294).

Outra medida adotada pelo governo que contrariou diversos interesses, principalmente dos estrangeiros, teve incidência na área econômica e visava controlar as importações e aumentar as exportações. Implementada pelo ministro da fazenda, a chamada Instrução 70 mudava as regras de câmbio, possibilitando ao Banco do Brasil realizar um regime de leilão em diversas categorias de importações. Através disso, o país que importava muito mais do que podia pagar anteriormente, passava a comprar apenas no limite daquilo que podia gastar de imediato. Ou seja, só compraria com dinheiro na mão para pagar, dando prioridade aos itens mais essenciais. A medida serviu como fonte de recursos para o governo graças à diferença do que o governo recebia e vendia de dólares, possibilitando a implantação de projetos econômicos e programas sociais.

A Instrução 70 também incentivava a produção industrial brasileira, além de evitar a perda de competitividade do principal produto exportador do Brasil, o café. O resultado no plano econômico foi um sucesso para as contas públicas: a balança comercial saltou de um déficit de \$21 milhões para um superávit de \$241 milhões. Até mesmo segmentos midiáticos que defendiam o capital estrangeiro elogiaram o plano, caso de Assis Chateaubriand que teceu elogios nos *Diários Associados*.

Essas medidas somadas à criação da Petrobras, por exemplo, identificam claramente a linha nacionalista do governo para promover o desenvolvimento do país via participação estatal nos setores-chave da economia. A principal consequência no campo externo pôde ser evidenciada pela dificuldade nas relações com os Estados Unidos sob a presidência do republicano Dwight Eisenhower. Linhas de crédito e financiamento para o Brasil foram dificultadas, além de pressão sobre o preço do café. Tancredo Neves relata como percebeu a pressão orquestrada sobre o principal produto do Brasil à época:

Nós tínhamos uma posição tranqüila no mercado de café de todo o mundo, e tínhamos no café, naquela ocasião, a nossa mais importante fonte de receita em dólar, porque o café era a riqueza responsável não apenas para fazer face aos nossos compromissos com o exterior, mas era aquela que nos proporcionava economias para financiar obras de grandes efeitos, de grandes realizações no Brasil. Começamos a sofrer a pressão dos trustes internacionais. Começou a cair o preço do café. (Neves *apud* Ribeiro, 2001 - 2, 250).

No cenário da política interna, Getúlio também sofreu fortes pressões desde o momento da posse mediante atuação virulenta da oposição. A composição da Câmara após a eleição de 1950 configurou a maior bancada para o PSD, com 112 cadeiras, seguido de UDN, com 81 e 51 para o PTB, sem contar os demais partidos. Os udenistas do Distrito Federal foram os principais expoentes das tentativas constantes de desestabilização do governo, como atesta Oswaldo Trigueiro, correligionário da sigla: “Era uma UDN [DF] que não tinha esperanças, nunca poderia chegar normalmente ao poder, não tinha como chegar ao poder. Então só podia esperar o golpe, a conspiração, a revolução. Para a UDN do Distrito Federal, a mudança só poderia vir por meios extraconstitucionais.” (Trigueiro *apud* Lima, 1986, 174).

Uma parte específica dos udenistas se notabilizou por fazer uma oposição voraz no Congresso; esse grupo ficou conhecido como “banda de música”. Afonso Arinos e Aliomar Baleeiro foram dois dos deputados mais proeminentes dessa corrente e deram o tom do grupo, que era justamente o de fazer barulho e desconcentrar o orador que porventura estivesse com a palavra e em desacordo com esses parlamentares. Evitar que Getúlio fizesse qualquer manobra para se perpetuar no poder, além de contestar a participação de correligionários udenistas no Governo Federal eram as principais motivações do grupo. João Agripino, outro integrante da UDN, descreve essa atuação:

O objetivo da banda de música era exatamente evitar que pudesse haver um volume maior de “chapas brancas”, como chamávamos os colegas que

vinham freqüentando o governo e pleiteando seus favores. Este era o objetivo principal. E, ao mesmo tempo, combater os erros do governo. Sabíamos que Getúlio era um homem habituado à ditadura e, embora fosse um ditador que considerávamos suave, era um homem de mentalidade ditatorial. Receávamos que ele quisesse fazer voltar o país à ditadura. (Agripino *apud* Lima, 1986, 176).

Ademais, parlamentares da UDN mantiveram contatos estreitos com a cúpula militar desde os primeiros momentos do governo Vargas. Encontros entre oficiais de alta patente e membros do partido eram freqüentes, o que demonstra a importância dos militares no meio político nacional da época. Pedidos de *impeachment* também fizeram parte da estratégia udenista, no intuito de encurtar o mandato do presidente Vargas.

Os militares tiveram participação ativa na vida política nacional durante esse período histórico do Brasil, atuação realçada pelo clima polarizado da Guerra Fria. A criação da Escola Superior de Guerra, em 1948, conferiu inestimável aprendizado para os oficiais no sentido de aprender com os civis os assuntos fora do campo militar, principalmente acerca da economia. Havia a percepção de que esse estreitamento era necessário a fim de combater o comunismo e consolidar uma ideologia hegemônica em prol da dita “segurança nacional”. De acordo com essa visão, a soberania nacional deveria ser estritamente ligada com a política externa americana e contra sua principal ameaça, a União Soviética.

A primeira ação contundente do meio militar que contestou o governo Vargas ocorreu em fevereiro de 1954 com a divulgação do “Memorial dos Coronéis”. A principal reivindicação dava conta da necessidade de melhorias nas condições sociais da classe, que se encontrava prejudicada pelo encarecimento do custo de vida. O manifesto, assinado por 82 oficiais, reclamava também da falta de verbas e equipamentos no Exército, além de se portar contrariamente ao provável aumento do salário mínimo que estava sendo estudado no governo à época. Este último reclame ocorreu devido ao fato dos militares considerarem que a equiparação de salário dos trabalhadores civis poderia provocar uma crise de recrutamento no Exército. Para João Roberto Martins Filho, Professor Doutor do Departamento de Sociologia da UFScar, “além da frustração de uma oficialidade de classe média ameaçada pela ascensão da classe trabalhadora, o manifesto parece revelar também um acentuado esforço de unificação do Exército.” (Ferreira, 2003, 116). Ou seja, os oficiais de alta patente buscavam uma unidade, tendo como público alvo primordial os escalões inferiores.. A coesão militar pretendida neste momento acabou sendo verificada alguns meses depois, quando ocorreu o atentado da Rua Toneleros contra o jornalista Carlos Lacerda e que culminou na morte do major Rubens Vaz da Aeronáutica.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES DE VARGAS COM A MÍDIA

2.1 – ASSIS CHATEAUBRIAND E OS *DIÁRIOS ASSOCIADOS*

O menino com problemas de timidez e gagueira que passara boa parte da infância no interior da Paraíba chegava, no início dos anos 50, como um dos homens mais poderosos do país: Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, figura excêntrica e de temperamento indomável; dono dos *Diários Associados*, a maior cadeia de comunicação da América Latina. O conglomerado possuía, em 1952, 28 jornais, 19 emissoras de rádio, uma agência de notícias e três revistas, incluindo *O Cruzeiro*, a mais importante e renomada da imprensa nacional. Além disso, Chatô, como também era conhecido, foi pioneiro no estabelecimento da televisão no Brasil, com a Rede Tupi. (Ribeiro, 2000).

A atividade jornalística para Assis Chateaubriand sempre esteve associada com a política nacional bem como na criação de redes de influência em prol dos interesses dos *Diários Associados* e logicamente de seu dono. Este império midiático foi recorrentemente utilizado como meio para obtenção de recursos financeiros e prestígio junto a grupos empresariais, que se sentiam compelidos a ajudar o proprietário do conglomerado em suas empreitadas, por meio de empréstimos bancários ou doações. Quem não se dispusesse a contribuir entrava para a lista negra dos *Associados* e, conseqüentemente, se tornava alvo de campanhas difamatórias e de artigos violentíssimos escritos por Chatô. Isso explica a comparação emblemática feita entre Chateaubriand e o personagem do filme *Cidadão Kane*, descrita por Ana Paula Goulart Ribeiro:

A imprensa internacional costumava a se referir a Chateaubriand como “o Hearst brasileiro”, numa referência ao magnata norte-americano, dono de cadeia de jornais que inspirou o filme de Orson Wells, *Cidadão Kane*. Tal como Hearst, Chatô era temido e respeitado devido à força jornalística que tinha nas mãos. Nas suas solicitações financeiras a empresários e políticos, usava muitas vezes métodos escusos, como a chantagem e a ameaça. (Ribeiro, 2000, 57).

Assis Chateaubriand demonstrou também forte engajamento político ao longo de sua vida, estando muitas vezes em contato com presidentes da República e políticos de renome nacional. Sua marca neste aspecto foi notável, seja na articulação de candidaturas, na oposição truculenta a seus desafetos ou mesmo na participação ativa de movimentos políticos

importantes. Apesar de haver pequenas diferenças na linha editorial das mídias espalhadas pelo país, os *Diários Associados* defendiam algumas bandeiras específicas que unificavam o discurso do grupo. Isso ficava evidente pela simpatia editorial em relação à iniciativa privada e à associação com o capital externo, em contraposição ao comunismo que era abominado. (Ribeiro, 2000).

O delineamento para a construção de sua poderosa cadeia de comunicação teve como ponto de partida a atuação de Chateaubriand na advocacia em casos de grande repercussão. Chatô já possuía experiência como jornalista em uma série de veículos midiáticos, notadamente do Nordeste, porém suas grandes vitórias na área jurídica marcaram o início de sua associação com grandes empresários e detentores de capital. Ele simplesmente recusava remuneração nas espetaculares vitórias judiciais a fim de manter as famílias em débito, para quando houvesse necessidades maiores em jogo.

Motivado pelo sonho de ter seu próprio jornal, Chateaubriand acabaria gastando todos os dividendos que ganhara em seus trabalhos na área jurídica, além de ter contraído dívidas e angariado enorme montante de recursos juntamente a grandes industriais, condes ligados ao setor exportador e grupos conservadores. Assim, *O Jornal*, publicação em dificuldades financeiras de antigos colaboradores do *Jornal do Comércio*, se tornava, em 1924, o primeiro de uma série de meios de comunicação sob propriedade de Assis Chateaubriand. A partir daí, Chatô foi ampliando seu conglomerado mediante aquisição de veículos nas mais diversas mídias e realizando inovações na compra de equipamentos, bem como na atuação em empreendimentos pioneiros no país.

Para compreender o posicionamento de Chateaubriand em relação ao segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), é necessário analisar o histórico conturbado de aliança e oposição entre ambos os personagens. Os primeiros encontros entre os dois ocorreram quando Getúlio era ministro da Fazenda do governo Washington Luís e atuou como fonte privilegiada de informações para o jornalista Assis Chateaubriand, que foi proporcionado com valiosos furos de reportagem. Como retribuição, Vargas foi amplamente elogiado em *O Jornal* e no *Diário da Noite*, de São Paulo. Um exemplo desse afago ao futuro presidente está na descrição de Fernando Morais sobre um artigo escrito por Chato, descrevendo a posse de Getúlio no governo do Rio Grande do Sul em 1928:

À exceção de cerimônias de posses de governadores de estados importantes como Minas e São Paulo, escreveu, “o Brasil ainda não tinha registrado tanto estridor como a transmissão de poder que hoje se verifica no Rio Grande”. De olho em um pleito presidencial que só aconteceria dali a dois anos,

afirmava que Vargas estava colocado entre as duas grandes forças que prometiam entrecostar-se na sucessão presidencial – “a corrente reacionária”, representada por São Paulo, e a “liberal”, dos políticos mineiros. Se essa contradição viesse a levar o Brasil a um confronto, “Getúlio Vargas será a única ponte para que todos atravessem”. O fim do artigo parece a sùmula de um processo de beatificação: “Apesar de ter saído das entranhas mirradas e sequinhas de Borges de Medeiros, Vargas é a novidade que o Brasil saúda como o novo sol”. (Morais, 2004, 175 – 176).

Há de se ter em vista que a relação de Chatô com Getúlio foi marcada pela ajuda do então ministro da Fazenda de Washington Luís no lançamento da revista *O Cruzeiro*. Vargas intercedeu junto ao banqueiro gaúcho Antônio Mostardeiro, que havia nomeado presidente do Banco do Brasil, para a concessão de um empréstimo vultoso, possibilitando assim o funcionamento da revista que viria a ser uma das principais publicações dos *Diários Associados*.

O “novo sol” descrito por Chateaubriand no citado artigo seria, de fato, a alternativa escolhida e defendida com unhas e dentes pelo dono dos *Associados* para a sucessão presidencial, o que culminaria numa quebra da política do café-com-leite e conseqüente fim da hegemonia de Minas Gerais e São Paulo nas eleições nacionais. Durante a corrida eleitoral de 1929, Assis Chateaubriand teve papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos que pavimentaram o triunfo de Getúlio Vargas. Sua intercessão junto ao governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, foi fundamental para que este ficasse contrário à candidatura de Júlio Prestes e aceitasse o nome de um líder gaúcho, no caso o próprio Getúlio. Além disso, Chatô buscou ampliar o apoio à candidatura Vargas, adquirindo o *Diário de Notícias* do Rio Grande do Sul, o Estado de Minas, bem como um jornal popular de São Paulo, o *Diário da Noite*. Essas empreitadas foram financiadas por figuras lidadas à Aliança Liberal, união de Minas e Rio Grande do Sul para a sucessão presidencial. (Morais, 2004).

Findo o processo que culminou na Revolução de 30 e subida ao poder de Getúlio Vargas, Assis Chateaubriand colocou os *Diários Associados* a favor do presidente; os veículos do conglomerado pareciam até mesmo órgãos oficiais do novo governo. Após conseguir realizar uma entrevista com Vargas, Chatô escreveu um artigo exortando o nacionalismo defendido pelo novo presidente, de forma contraditória para alguém, como ele, que se notabilizou pela bandeira da participação do capital estrangeiro no país. O exemplo destacado pelo dono dos *Diários* foi a utilização de vestuário de origem nacional, que deveria ser prestigiado em detrimento do produto estrangeiro, assim como o combustível necessitaria ter como prioridade o álcool brasileiro. E concluía dizendo: “A defesa nacional exige atos de

quase heroísmo. Tenhamos a bravura de os praticar, sorrindo, com a fé na grandeza e na beleza moral da nossa terra”. (Chateaubriand *apud* Moraes, 2004, 255).

Essa relação de proximidade com Vargas, contudo, não tardaria a mostrar suas fragilidades e o descontentamento de Assis Chateaubriand passou a ficar evidente. Ao perceber a inclinação esquerdista e nacionalista dos tenentes que influenciavam Getúlio, além do viés autoritário do novo governo, Chatô começou a se inquietar. Uma série de artigos críticos aos tenentes e em defesa de uma Constituinte foi escrita por ele nos *Diários Associados*, o que resultou em intimidação, mediante ameaça de censura, por parte da administração Federal. A ira de Chateaubriand se acentuou ainda mais quando seu amigo Percival Farquhar, dono da companhia *Itabira Iron Ore Company*, ficou impedido de explorar a siderurgia no Brasil. Getúlio ainda tentou aplacar a oposição de Chatô, convidando-o ao Palácio do Catete para intermediar a volta do americano nos investimentos que desejava.

Outro ponto de atrito entre o jornalista e o governo ficou evidente, em 1932, quando ocorreu o movimento paulista de contestação ao autoritarismo do governo Federal e em defesa da Constituinte. Chateaubriand se posicionou de forma favorável à insurreição de São Paulo, o que culminou na censura de seus veículos de comunicação e na possibilidade de ser preso. Isso de fato acabou acontecendo quando Chatô rumava para Viçosa a fim de se encontrar com o antigo desafeto Artur Bernardes que preparava um foco de resistência armada para se aliar aos revoltosos paulistas. O dono dos *Associados* foi detido em um trem com destino a Minas Gerais, usando documentos falsos e levando munição bélica para o *bunker* de Bernardes.

Após esse grave fato de contestação, o governo tomou uma medida radical contra o jornalista: sua deportação foi determinada após vários dias na prisão. Assis Chateaubriand foi colocado num navio com destino ao Japão, onde deveria permanecer exilado. Entretanto, conseguiu evitar a saída do Rio de Janeiro ao negociar com a tripulação, alegando a contrariedade das leis internacionais para tal tipo de ação. As autoridades brasileiras desistiram, por fim, da tentativa de mandar Chatô para o exílio com receio de infringir as normas de relações externas. Para voltar à liberdade, Chateaubriand teve de aceitar a censura sobre alguns jornais, o fechamento temporário de outros e até mesmo uma determinação para se mudar do Rio de Janeiro e se domiciliar em São Paulo.

Chatô ainda voltaria a sofrer com os censores em seus jornais e com a prisão em diversas outras ocasiões. O acontecimento mais grave para o dono dos *Associados* ocorreu pouco tempo depois da tentativa frustrada do governo de lhe mandar para o exílio no Japão. O Jornal, órgão líder do conglomerado, foi apossado e transformado em *A Nação*, veiculação

oficiosa do Estado. No decorrer de 1933, Getúlio acabaria selando a trégua com Chateaubriand, após embates políticos dentro do próprio governo, cujo benefício maior para o jornalista foi o fato de seu inimigo, Virgílio Melo Franco, não ter sido nomeado como interventor de Minas Gerais. Dessa maneira *O Jornal* voltou ao controle de Chatô que teve de aceitar algumas condições, como a coexistência de *A Nação*, por exemplo. Mesmo assim ficou em estado de êxtase ao reaver partes de seu império e descreveu sua euforia a Gabriel Bernardes, emissário da proposta:

Doutor Bernardes, esse acordo não salva só *O Jornal*. Estamos recuperando também os Associados de Minas, que Virgílio Melo Franco estava se preparando para devorar. Eu já havia me aliado ao Virgílio contra o ditador, agora eu me alio a esse satanás que é o Getúlio contra o Virgílio. No dia em que eu escrever a história dos Diários Associados, terei que mandar satanás baixar à Terra para contar os acordos que fiz com ele para sobreviver. Pode assinar o protocolo, doutor Bernardes, que nós estamos salvos! (Chateaubriand *apud* Morais, 2004, 329).

Assis Chateaubriand só voltaria a se engajar politicamente em 1937, ano de campanhas eleitorais para a disputa presidencial marcada para o dia 3 de janeiro do ano seguinte. Getúlio já deixara expresso que não iria se candidatar e o pleito ficaria centrado entre o governador paulista Armando de Sales Oliveira e o ex-ministro José Américo de Souza. Este foi alvo da artilharia de Chateaubriand por meio de seus artigos, tentando associar o nome de Souza ao comunismo. A eleição, acabaria não acontecendo, já que Vargas, tendo como alegação exatamente pretextos anticomunistas, por meio do falso Plano *Cohen*, dissolveu a Câmara e o Senado, além de outorgar uma nova Constituição; tudo isso com apoio das Forças Armadas. Chatô, como já deixara claro ao reaver *O Jornal*, preferiu resguardar os *Diários Associados* e não bater de frente com o Estado Novo; pelo contrário, o jornalista aderiu e defendeu de forma incisiva o novo governo. Exemplo disso foi um artigo que escreveu, comparando a liderança de Vargas com aquela de Hitler e Mussolini que estavam no poder da Alemanha e Itália respectivamente:

Nada será mais errôneo do que dizer-se que o sr. Getúlio Vargas era até ontem um liberal. O que o nosso Chefe tem de liberal são as maneiras, são as formas exteriores de ação. Psicologicamente, não há, nunca houve autoritário mais tenaz e mais constante. A função de grande sentinela do novo regime lhe cabe em toda plenitude, até porque hoje ele é o *Chefe Nacional*, como Mussolini é o *Duce* e Hitler é o *Fueher*. (Chateaubriand *apud* Morais, 2004, 376).

Nos anos seguintes ao estabelecimento do Estado Novo, Assis Chateaubriand manteve laços estreitos com o presidente Vargas e obteve apoio para uma série de empreitadas, como as realizadas nas suas campanhas da aviação, por exemplo. O poderio de seu império midiático era tão vasto que Getúlio se sentia compelido a manter o suporte requisitado pelo jornalista, até porque sabia das mudanças freqüentes de seus interesses, bem como do grande poder de seus meios de comunicação e de sua sólida base de apoio entre grandes industriais e banqueiros. Um dado ilustrativo da força de Chateaubriand junto ao governo pode ser mensurado pela Lei Teresoca, “quando conseguiu que o presidente Getúlio Vargas mudasse a legislação do país relativa ao direito de família exclusivamente para garantir a guarda da sua filha Teresa.” (Ribeiro, 2000, 57).

Contudo, ao perceber os primeiros sinais de fragilidade da ditadura, Assis Chateaubriand mudou de posição em relação a Getúlio Vargas mais uma vez. Após a entrevista de José Américo de Souza, o dono dos *Associados* ordenou que o conglomerado não mais tolerasse a censura do DIP. Segundo Chatô, Getúlio o procurou para relatar que deveria ser candidato às eleições que ocorreriam em dezembro de 1944, desejando obter o apoio estratégico dos *Diários Associados* para essa empreitada. O pedido não foi atendido por Chateaubriand, já que o jornalista estava insatisfeito com a nomeação de um interventor inimigo no estado de Pernambuco além de ter se comprometido com a candidatura de Eduardo Gomes à presidência.

Após ter se verificado a posição contrária de Chateaubriand, governo promulgou, em meados de 1945, a Lei Malaia. Esta era prejudicial ao conglomerado de Assis Chateaubriand na medida em que impedia a fusão de empresas jornalísticas. Esse confronto apenas reforçou a nova disposição anti-Vargas de Chatô que passou a escrever artigos de oposição ao presidente, além de ter dado ampla cobertura de sua deposição nas páginas dos *Associados*.

Foi com esse histórico contraditório envolvendo sua relação com Getúlio Vargas, sempre pautada pelos interesses de ocasião, que Assis Chateaubriand se defrontaria novamente com o líder gaúcho nas eleições de 1950. Os *Diários Associados*, aliás, teriam papel primordial para o surgimento e ressonância da candidatura Vargas, por meio da cobertura detalhada feita pelo repórter Samuel Wainer, a serviço de *O Jornal* neste período.

Excetuando a cobertura realizada por Samuel Wainer, os *Diários Associados* se portaram contrariamente à volta de Getúlio Vargas ao poder. Assis Chateaubriand chegou a escrever artigos, mostrando ser necessário evitar a posse do ex-presidente. Contudo, a iminente vitória fez com que Chatô buscasse uma espécie de conciliação com o novo chefe do

Executivo, aliado de outras ocasiões. Quem se encarregou de intermediar um encontro entre os dois foi o próprio Samuel Wainer que estava em alta com o presidente Vargas após tê-lo acompanhado durante a campanha. Wainer descreveu da seguinte maneira o encontro entre o receoso Chateaubriand e Getúlio:

Entramos, Getúlio estava numa sala, de terno preto e meias de seda, à espera do convidado. Ao vê-lo, Chateaubriand parecia um cachorrinho prestes a ser castigado por uma má ação. Tirou o chapéu e aproximou-se timidamente do presidente eleito, que prontamente tratou de amenizar o clima:

-Doutor Assis, que prazer revê-lo! – saudou.

Minutos depois, Chateaubriand estava inteiramente à vontade, dando tapas na bunda do Getúlio.

-O senhor veio para não sair mais – dizia. – Vai ser de novo o nosso ditador, vai me dar a Shering de presente.

Os dois riam muito. Não houve cobranças, não se falou em brigas passadas. Getúlio era tudo que Chateaubriand abominava, Chateaubriand não merecia a menor confiança do Getúlio. Mas pareciam velhos amigos. Durante o almoço, Chateaubriand não parou de falar. Era um grande contador de casos, e divertiu a mesa com piadas e histórias sobre Eurico Dutra. Como Dutra deixara o poder, perdera a importância para o dono dos diários. (Wainer, 2003, 119).

O envolvimento de Chateaubriand com a política atingiria ponto culminante, em 1951, quando decidiu se candidatar a senador. Para Chatô, uma vaga no Senado Federal seria a oportunidade para ocupar importante espaço; segundo ele “uma caixa de sabão onde eu possa subir e falar em nome da nossa cadeia”. (Morais, 2004, 517). O grande inconveniente é que as eleições para o Legislativo só ocorreriam em outubro de 1954; mas isso não seria empecilho para alguém tão poderoso e influente como o dono do maior conglomerado de comunicação da América Latina. Decidido a se lançar candidato pela Paraíba, a qualquer custo, Chateaubriand foi à procura de Getúlio; o presidente intermediou um encontro do jornalista com o genro e governador do estado do Rio, Ernani do Amaral Peixoto. O resultado foi que o senador, do PSD, e o suplente da Paraíba renunciaram em favor de Chateaubriand que ficou com o caminho livre para concorrer ao cargo desejado. Valendo-se de vocabulário rebuscado e tendo à disposição até mesmo um circuito interno de TV, na campanha em João Pessoa, o dono dos *Diários Associados* conseguiu ampla vitória com 70% dos votos válidos.

Sua passagem pelo Senado ficou marcada pelas ocasiões em que foi pego dormindo nas sessões e pelas constantes viagens, principalmente ao exterior. Já na primeira delas, Chatô deu um prato cheio para a oposição ao governo Vargas: o jornalista foi o organizador de uma festa, juntamente com o costureiro francês Jacques Fath, que se proporia

a apresentar o país à Europa, mostrando um “Brasil de mestiços autênticos, mulatos inzoneiros, índios e negros a promover a vasta experiência de cruzamentos que empreendemos no trópico, em vez do falsificado Brasil Branco” (Morais, 2004, 527). Entretanto, a excentricidade de Chateaubriand fez com que a festa, organizada num castelo em Corbeville, fosse além da simples mostra de um lado desconhecido do país e ficou marcada por certa promiscuidade.

O agravante, para o governo, foi que estavam presentes ao evento a esposa de Getúlio, Darcy Vargas, e a filha, Alzira Vargas. Em suas memórias, Samuel Wainer classificou o convite para as duas por parte de Chateaubriand como “uma ótima oportunidade para ridicularizar o presidente da República” (Wainer, 2003, 173). Ele disse ainda que tentou alertar Getúlio para a armadilha, mas o pedido de Vargas para que a esposa e a filha não comparecessem ao evento não foi atendido. Wainer descreve a consequência desse episódio:

Infelizmente, minhas previsões se confirmaram. Dois dias depois, quando chegaram as fotos de Paris, Lacerda publicou-as com enorme destaque, dedicou quatro páginas à festa de Jacques Fath e batizou-a de “A bacanal de Corbeville”. Getúlio determinou a dona Darcy e Alzirinha que ficassem mais algumas semanas na Europa, até que a celeuma provocada por Lacerda amainasse. Mas a família do presidente fora diretamente atingida no plano moral. (Wainer, 2003, 174)

Getúlio ainda tentava aplacar Assis Chateaubriand, tentando conter eventual indisposição que pusesse os *Diários Associados* na ofensiva contra o governo. Em 1953, o presidente nomeou Chateaubriand para a comitiva que iria representar o país na cerimônia de coroação da rainha da Inglaterra. Apesar de tentativas como essa por parte do governo para manter uma convivência pacífica com Chatô, a harmonia não iria durar muito tempo. O jornalista estava preparado para entrar numa verdadeira guerra que mobilizaria os principais veículos de comunicação do país contra Samuel Wainer. Essa disputa ocasionaria em ataques a Vargas, visto que as acusações davam conta de que a *Última Hora* fora financiada graças à ajuda governamental, tanto por meio de empréstimos facilitados como também pela influência do governo em contratos vantajosos ao grupo de Wainer.

Além disso, o crescimento vertiginoso da *Última Hora* foi denunciado como sendo fruto de prática de *dumping* contra os concorrentes. O argumento central dava conta de que era impossível um jornal ter o mesmo preço de venda dos demais, pagando os melhores salários do ramo, tendo à disposição profissionais renomados, além de possuir destaques como suplementos coloridos, dentre outros diferenciais. A única explicação para tal

disparidade seria a subvenção estatal. Esse panorama criou um clima propício de confrontação entre os donos dos principais jornais contra Samuel Wainer e evidentemente despertou a atenção de Chatô, que se sentia ameaçado com a concorrência de seu ex-empregado.

Segundo Carlos Lacerda, a inevitabilidade da ofensiva ao grupo de Wainer ficou clara para o dono dos *Associados* quando “Chateaubriand sentindo o *Diário da Noite* afundar, desaparecer, pela mão daquele sujeito a quem ele tinha incumbido de fazer a entrevista, que ele tinha tirado das ruínas da revista *Diretrizes* e ressuscitado da imprensa” (Lacerda, 1977, 148). Assim, Chatô se aliou ao dono da *Tribuna da Imprensa* a fim de organizar uma campanha difamatória contra Samuel Wainer e seus órgãos de imprensa, tendo como alvo principal a *Última Hora*.

Para a ofensiva, Assis Chateaubriand designou David Nasser, o principal repórter dos *Diários Associados*, como uma espécie de detetive, cuja função principal seria investigar as irregularidades cometidas por Samuel Wainer, bem como os benefícios indevidos adquiridos junto ao governo para seus veículos de comunicação. Nasser se uniria a Carlos Lacerda nessa empreitada, o que rendeu uma série de descobertas e acusações que minaram a resistência de Wainer, como o fato dele não ter nascido no Brasil, por exemplo, evento a ser detalhado mais adiante neste trabalho.

Ademais, o dono dos *Associados* proporcionou a Carlos Lacerda um grande palanque para desferir livremente seus ataques contra Samuel Wainer, a *Última Hora* e Getúlio Vargas. A TV Tupi foi disponibilizada para Lacerda, configurando a primeira vez na história do Brasil que a televisão serviu como mídia de ressonância das disputas políticas e palco para um verdadeiro monólogo contra o governo. Chateaubriand se encantou com o desempenho de Lacerda e acabou aumentando o tempo de seu programa noturno de cinco minutos para até uma hora de duração. Visando a reforçar ainda mais o impacto dessas veiculações, Chatô ordenou que televisores fossem instalados em pontos estratégicos de grande circulação no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ana Maria de Abreu Laurenza analisa esse aspecto do poder televisivo que pôde ter tamanha influência na época, mesmo com o baixo percentual de telespectadores brasileiros:

Independentemente do número pequeno de aparelhos de TV, em relação à população do país, a televisão era uma mídia de impacto, na qual a imagem e o som ampliavam o poder de comunicação do conteúdo da programação. O fato de alguém não possuir um aparelho de TV não representava um impedimento de acesso à programação. Os aparelhos receptores se multiplicavam em bares, lojas e na figura do “televizinho”. (Laurenza, 1998, 126)

Enquanto Samuel Wainer era acusado de receber dinheiro indevidamente através de empréstimos bancários que totalizaram cerca de 26 milhões de cruzeiros, outros órgãos de imprensa que bradavam contra a ajuda governamental tinham o mesmo pecado em seus históricos. Os *Diários Associados*, por exemplo, possuíam débito muito maior junto ao Banco do Brasil: cerca de 113,6 milhões de cruzeiros. Isso, entretanto, pouco importava, já que o objetivo real da ação era evitar, segundo o raciocínio de Chateaubriand, que Wainer destruísse os *Associados* a mando de Getúlio. A campanha cresceu em virulência, após a instalação da CPI da *Última Hora*, como fica demonstrado num artigo escrito por Chatô a respeito de Samuel Wainer.

O que aí resta é uma carniça. Que o sol e os vermes a comam. Morto, Samuel Wainer quer envenenar com o seu cadáver o tecido social da nação. Como? Tentando fazer-se passar por vítima perante as massas. Vamos reduzir o assunto *Última Hora* ao que ele é: a liquidação de um trapaceiro bisonho, sem talento para exercer a sua arte. Ele não merece as proporções garrafais que insistem em atribuir-lhe alguns jornais. O magnífico Carlos Lacerda que entre em merecidas férias por seu maravilhoso labor. E o ministro da Justiça que evacue o cadáver de Wainer. (Chateaubriand *apud* Moraes, 2004, 555)

Em meio às disputas com Samuel Wainer, *O Jornal* de Chateaubriand se portou contrariamente ao firmamento de acordo para a compra de trigo argentino, comandado pelo governo Perón. Atentando para o suposto acordo entre Brasil, Argentina e Chile para a formação de um bloco antagônico aos Estados Unidos, Chatô também escreveu contra a vinda do presidente argentino ao Brasil para visita a Getúlio. No mês de agosto de 1953, entretanto, Assis Chateaubriand deixou claro, seja lá por quais interesses estava movido, que Vargas não havia tentado obstruir as investigações contra a *Última Hora* realizadas na Comissão Parlamentar de Inquérito: “Honra seja ao primeiro magistrado. Ele fez do inquérito parlamentar uma realidade... A supremacia moral do presidente da República paira neste momento sobre os vértices das montanhas de escândalo.” (Ribeiro, 2001 - 2, 192).

Assis Chateaubriand continuou disponibilizando a TV e a rádio Tupi para Carlos Lacerda desferir os ataques contra o governo, até mesmo no fatídico mês de agosto de 1954 quando a tensão política no país chegou a um ponto insustentável. Essas duas mídias poderiam até ter sido cassadas pelo governo durante esse período turbulento, visto que são concessões públicas. Poucos dias antes do desfecho da crise, todavia, o presidente Vargas

convidou o dono dos *Diários Associados* para uma reunião no Palácio do Catete, a qual serviu para um pedido de trégua ao jornalista até a averiguação das responsabilidades pelo atentado da Rua Toneleros. O próprio Assis Chateaubriand relatou o episódio em sessão do Senado, alguns dias depois quando Getúlio cometeu o suicídio:

Este nosso encontro foi uma das páginas mais dramáticas da nossa vida, pois o que Getúlio Vargas me pedia era que o que eu estava disposto a lhe dar: o ato de justiça de esperar que os acontecimentos nos quais se achava envolvida a sua autoridade, pudessem merecer do Judiciário o julgamento indispensável, para que os seus concidadãos aferissem da limpeza, da decência e da dignidade de sua pessoa naquele emaranhado de acontecimentos, de nenhum dos quais, estou certo, havia tido ciência. (Chateaubriand *apud* Ribeiro, 2002 - 3, 131).

Como já destacado, apesar de não ter tido a virulência de Carlos Lacerda, os *Associados* mantiveram cobertura implacável sobre Getúlio nos oito dias que seguiriam, sob fortes emoções e tensões acerca da manutenção ou saída de Vargas da presidência. Até que chegou ao fim, no dia 24 de agosto de 1954, o ciclo político de Vargas e a relação de idas e vindas entre ele Assis Chateaubriand; sempre marcada pela aliança ocasional quando os interesses ficavam compatíveis e pela ruptura ao menor sinal de que um estava para ser traído pelo outro. Na mesma sessão do Senado, ocorrida no dia do suicídio, Chateaubriand proferiu com extrema franqueza algumas palavras emblemáticas acerca de como foi marcado seu relacionamento com Getúlio Vargas ao longo das décadas anteriores:

Minha vida sentimental com Vargas, se não foi, à Machado de Assis, “um dramalhão cozido a facadas”, resultou sempre numa comédia trabalhada a canivetadas. Não pensem que escapei incólume aos copiosos banhos turcos em que ele cozinhava os companheiros. Vargas tinha a volúpia de enganar, daí as pequenas misérias conjugais de nossa longa existência em comum... No fundo Getúlio Vargas gostava de mim porque eu era um canalha igual a ele – que sabia que eu manobrava com ele quase sempre com o propósito de enganá-lo, como ele enganava a mim. (Chateaubriand *apud* Moraes, 2004, 559).

2.2 – SAMUEL WAINER E A ÚLTIMA HORA

Aquele que fora um dos jornalistas mais atuantes na luta contra o Estado Novo, mesmo com a repressão do DIP, acabaria se transformando no dono da publicação mais ativa na defesa do ex-ditador Getúlio Vargas após a volta deste ao poder. Samuel Wainer

desempenhou a atividade jornalística com afinco desde o final dos anos 30, quando esteve à frente da revista *Diretrizes*, de linha editorial antifascista, posteriormente atuando destacadamente em diversos órgãos de imprensa. Dentre estes, *Os Diários Associados* conferiram o ponto culminante de sua carreira pelo papel de extrema relevância desempenhado na cobertura da campanha presidencial de Getúlio. A proximidade entre o repórter e o político, neste período, foi de tal estreiteza que houve uma aproximação de benefícios mútuos, cujo resultado concreto pôde ser materializado com a criação do jornal *Última Hora*.

A *Última Hora* atuou com pioneirismo na imprensa brasileira, na medida em que procurou estabelecer-se como um jornal de cunho popular, voltado para as demandas das mais diversas camadas sociais. Mesmo assim, não deixou de se fazer influente frente à conjuntura política do período destacado neste trabalho. Ao contrário, a publicação se configurou como um ponto de resistência do presidente Vargas diante da clara oposição da maior parte dos demais grandes meios de comunicação. Segundo Ana Paula Goulart, “a *Última Hora* foi um pólo de irradiação do pensamento nacionalista, funcionando como um elo entre Getúlio e a população.” (Ribeiro, 2000, 103).

A influência de Getúlio em relação ao jornal e de Wainer sobre a presidência alcançou parâmetros inimagináveis frente ao conceito de que a mídia deve manter certo distanciamento e senso crítico em relação ao poder Executivo. O presidente opinava acerca da linha editorial e de estratégias de expansão da publicação enquanto Samuel Wainer intervinha diretamente na administração federal, seja por meio de pedidos ou pleiteando nomeações e demissões no governo. Um exemplo emblemático deste último aspecto ocorreu quando o jornalista decidiu empenhar-se pela demissão do ministro do Trabalho Danton Coelho em 1951, época em que o seu relacionamento com Vargas estava no auge. A linha tênue que separava o jornalista do presidente fica evidente com a descrição do episódio pelo próprio Wainer:

Danton era uma excelente figura, um homem de bem, mas ineficaz. Passava dias inteiros no Jockey Clube, alheio ao que ocorria no ministério que era seguramente o mais importante de todo o governo. Decidi derrubá-lo, interessado em preservar a imagem do governo e também convencido de que seria muito melhor para Vargas substituir Danton. Procurei o presidente para dizer-lhe que o governo estava perdendo popularidade em consequência do mau desempenho do ministro do trabalho. Getúlio apenas ouvia. Disse-lhe também que meu jornal tinha compromissos com a figura do presidente, mas não com todos os seus ministros. Comuniquei, enfim, que pretendia atacar duramente Danton Coelho. -Faça o que achar melhor – resumiu Getúlio. No fundo, ele desejava livra-se de Danton. No dia seguinte, publiquei um

editorial com o título “O grande irresponsável”, dizendo horrores do ministro do Trabalho. Poucas horas depois, Danton Coelho demitiu-se do cargo. (Wainer, 2003, 150).

Em suas memórias, Samuel Wainer assume que ao ter de escolher entre anunciantes, optava por aquele mais adequado aos interesses de Getúlio. Caso houvesse uma disputa entre duas empresas no mercado, o jornalista também se posicionava favoravelmente àquela similar à linha de pensamento do presidente e às posições nacionalistas da publicação. Outro fator que demonstra essa proximidade entre a *Última Hora* e o governo ficou evidente com a concessão de um espaço considerável na página dois do jornal para a coluna “O Dia do Presidente”, do jornalista Luís Costa. A motivação deste quadro seria abrir um canal para divulgar os feitos de Getúlio que não encontrariam, de acordo com Wainer, a devida ressonância na grande mídia. Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, entretanto, “o resultado editorial não ultrapassava um relato direcionado e parcial, simpático e propagandístico da ação do Executivo.” (Laurenza, 1998, 80).

Para depreender como a relação imprensa-governo chegou a tal ponto neste caso específico, deve-se fazer uma análise retroativa das primeiras etapas do processo de formação da *Última Hora*. Isso começou a se delinear quando Samuel Wainer ainda era um repórter de destaque no maior conglomerado de comunicação do país: os *Diários Associados*. Em 1950, o jornalista realizou a cobertura da eleição presidencial, analisando-a sob o enfoque de Getúlio Vargas que passara os anos anteriores afastado da mídia.

A primeira entrevista com o líder gaúcho, ocorrida em 1949, é objeto de múltiplas versões e até hoje não se configurou qual delas foi a que de fato ocorreu. De acordo com Wainer, Assis Chateaubriand teria lhe enviado, ao Rio Grande do Sul, para fazer uma reportagem contrária à cultura de trigo no país. Nas proximidades de São Borja, o repórter teria decidido espontaneamente tentar falar com Getúlio. Para o dono dos *Associados*, contudo, havia ordem expressa do conglomerado para Wainer realizar o encontro que já teria sido previamente combinado com Vargas. Sustentando essa tese, Jorge Miranda Jordão acrescenta que o objetivo de Chatô com a negociação seria aprovar o projeto de implantação da TV Tupi no país: “Ele [Chateaubriand] tinha um projeto que era a fundação da TV Tupi e estava tentando aprovar com Getúlio [senador eleito nas eleições de 1945] esse projeto junto ao Congresso. Quando Getúlio estava na fazenda de São Borja, Chateau mandou o Samuel entrevistar o Getúlio.” (Jordão *apud* Laurenza, 1998, 70).

Independentemente de quem tenha sido o idealizador da fatídica entrevista, um fato político de extrema relevância foi criado e ressonado nas páginas dos *Diários Associados*.

Já na primeira reportagem, havia a sentença profética de Getúlio Vargas: “Eu voltarei, mas não como líder de partidos e sim como líder de massas.” (Wainer, 2003, 22). A partir daí, Samuel Wainer realizou uma cobertura detalhada acerca dos movimentos políticos do ex-presidente, transparecendo simpatia aos seus posicionamentos. Para Vargas, o maior benefício desse acompanhamento foi a propulsão de sua candidatura à presidência, enquanto para os *Associados* houve um aumento expressivo da tiragem, que saltou para uma média superior a 200.000 exemplares. Outro fator benéfico para o conglomerado de Chateaubriand foi a precaução ante a eventual retorno ao poder do petebista; este aspecto pode ser evidenciado pela descrição de diálogo ocorrido entre Wainer e Chatô, no prédio dos *Associados*, feito pelo ilustrador de *O Cruzeiro*, Augusto Rodrigues:

-Seu Wainer, sua cobertura está favorável demais a Getúlio Vargas. O senhor tem certeza de que ele vai ganhar? O repórter estava entusiasmado: - Não tenho dúvidas, doutor Assis. Pelos comícios que tenho acompanhado, tenho absoluta certeza de que estamos assistindo à volta de Getúlio. Esteja certo de que ele vai governar o país de novo. -Já que o senhor está tão entusiasmado, continue. Pode dar total cobertura a Vargas, que eu mando o Murilo Marroquim acender uma fogueira para queimá-lo. O senhor faz a campanha de Getúlio e eu mando o Marroquim sustentar a oposição a ele. Assim estaremos bem com qualquer lado que ganhar. (Morais, 2004, 513).

Além de enaltecer a candidatura Vargas, Samuel Wainer pôde testemunhar desdobramentos de alianças para a campanha política. Um exemplo significativo ocorreu quando jornalista estava no sul e o governador de São Paulo, Ademar de Barros, foi à estância de Itu para negociar apoio estratégico a Vargas. O jornalista manteve contatos frequentes com Getúlio neste período, inclusive acompanhando-o nos comícios pelo país. O grau de intimidade entre jornalista e político crescia intensamente; o “profeta”, modo como Getúlio se referia a Wainer, chegou a passar alguns dias na residência de Vargas para se recuperar de tuberculose. O repórter dos *Associados* ressaltou em suas memórias a aproximação “como seres humanos” (Wainer, 2003, 35) ocorrida durante o repouso.

Após o resultado final das eleições presidenciais, Samuel Wainer colhia os frutos de sua cobertura histórica que ajudara Getúlio Vargas a retornar ao poder. O jornalista ganhara a confiança do presidente e *status* nos *Diários Associados*. Para Assis Chateaubriand, o grande benefício de ter criado uma ponte de reconciliação com Getúlio residia no fato de haver um resguardo dos interesses dos *Associados*, que poderiam ser prejudicados caso o presidente adotasse algum revanchismo pela postura do conglomerado em relação ao fim do Estado Novo. Antes de ir para o encontro com Getúlio, intermediado por Wainer,

Chateaubriand exprimiu sua satisfação pelo trabalho do repórter: ofereceu-lhe um automóvel e um cargo de direção na Schering. O fato de esta empresa estar sob controle governamental, naquela época, apenas ilustra as pretensões de Chatô de realizar bons negócios junto à administração Federal. Contudo, Samuel Wainer sentiu-se desprestigiado e achou que não teve seu talento jornalístico reconhecido como relata em suas memórias:

Eu me sentia humilhado. Considerava-me um grande jornalista, um repórter que buscara um expatriado no fim do mundo e voltara com ele ao poder. Eu fizera uma campanha singularíssima na imprensa brasileira. Na hora de colher os frutos desse trabalho, eu não recebera um convite para ocupar um cargo de direção dos Diários Associados, nem mesmo merecera um aumento de salário. Em vez disso, Chateaubriand me oferecera um carro primeiro, e depois um cargo de diretor da Schering. Ele não me compreendia. Naquela noite, caminhei cerca de uma hora pela Avenida Atlântica. Terminado o passeio, eu concluíra que Chateaubriand ignorava minha personalidade e desconhecia meu valor como jornalista. Só mais tarde eu saberia que, também naquela noite, a *Última Hora* começou a nascer. Em algum canto da minha mente, desenhou-se a certeza de que eu deveria ter o meu próprio jornal. (Wainer, 2003, 119).

A *Última Hora* ganharia ainda mais impulso para nascer diante do contexto de pouco espaço concedido ao presidente nos principais meios de comunicação do país. Getúlio Vargas, ciente da situação, percebeu a necessidade de quebrar esse silêncio que poderia eventualmente se transformar em campanha oposicionista diante do aparecimento de fatos negativos. Assim, o próprio Vargas indagou a Samuel Wainer se ele não estaria interessado em fazer um jornal; ante a resposta positiva, o presidente teria recomendado ao jornalista que procurasse a filha Alzira para tratar do assunto. (Wainer, 2003).

A primeira etapa para a viabilização do projeto teve como prioridade a compra de instalações para imprimir o jornal, no caso a gráfica Érica, do *Diário Carioca*. Esta publicação se encontrava em complicada situação financeira, o que facilitou a transação. Além disso, havia uma cláusula que permitia a impressão do *Diário Carioca*, no local, por período de dois anos. Os 58 milhões de cruzeiros obtidos para concretizar o negócio advieram de três fontes principais: Valter Moreira Sales (superintendente da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil), Euvaldo Lodi (deputado e presidente da Federação Nacional da Indústria) e Ricardo Jafet (presidente do banco do Brasil).

Definida a situação da gráfica, Samuel Wainer procurou solucionar o lançamento do jornal. Para esta etapa, um empréstimo de 63 milhões de cruzeiros foi angariado junto ao Banco do Brasil e houve a obtenção de recursos junto a outras fontes como, por exemplo, o industrial Francisco Matarazzo Junior, que tinha um histórico conturbado com Assis

Chateaubriand. A Editora Última Hora S.A. foi criada para cuidar exclusivamente da edição. Quem contribuiu significativamente para essa empresa foi o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, determinando que três bancos estatais emprestassem três milhões de cruzeiros. A operação sigilosa ocorreu poucas semanas depois de Wainer ter intermediado um encontro entre Juscelino e o presidente Vargas.

Realizado o sonho de Samuel Wainer de ter seu próprio jornal, a *Última Hora* não se notabilizaria apenas como um órgão irradiador dos propósitos de Getúlio Vargas. Pelo contrário, a publicação acompanhou o processo de transição ocorrido na imprensa nacional e se modernizou de tal forma que serviu como referência para a concorrência. O jornal procurou manter o leitor fiel por meio de atrativos tais como: variedade editorial, diagramação inovadora, extenso uso de cores, valorização e inovação das fotografias, resgate da caricatura e até mesmo por conta de suas estratégias empresariais. Tudo isso somado denota o processo efervescente e pioneiro de implantação de uma imprensa popular de qualidade no país.

Diferentemente do padrão adotado pelos demais jornais brasileiros da época, a orientação gráfica da *Última Hora* tinha como prioridade o sentido vertical, sendo as matérias distribuídas pelas colunas. A manchete principal geralmente tinha poucas palavras e tipologia forte para realçar sua importância; a complementação dela se dava com dois subtítulos que acrescentavam mais informações relevantes para o leitor numa primeira olhada, instigando-o a buscar o resto do conteúdo. A cor azul do logotipo não apenas tornou-se uma marca registrada, mas também servia para promover um equilíbrio com os textos impressos em preto. (Barros, 1978). Além de proporcionar uma leitura mais agradável para o seu público, o planejamento da diagramação também serviu para evitar desperdícios de custo e de mão de obra, conforme atesta o dono do jornal, Samuel Wainer:

A diagramação veio acabar com esse caos da oficina, ao mesmo tempo em que disciplinava os repórteres e redatores, obrigando-os a limitar o tamanho de seus textos ao espaço reservado nos espelhos das páginas. Mas, o principal é que ela reduzia sensivelmente os custos industriais dos jornais, pela eliminação do desperdício de mão-de-obra e de material. Havia ainda a vantagem adicional de obtermos mais velocidade na impressão: o tempo antes perdido com a composição ou recomposição de matérias e títulos, que não chegavam a ser utilizados, foi ganho em favor da circulação do jornal. (Wainer *apud* Barros, 1978, 15-16).

A fotografia também se consolidou como outro diferencial importante de a *Última Hora* com o objetivo de atrair o leitor. O destaque das fotos não apenas conferia maior agilidade para a publicação, mas também ajudava a complementar as notícias sem a necessidade de leitura mais densa. O modo como elas eram tiradas também apresentava um

aspecto singular para o contexto dos jornais brasileiros, já que denotavam dinamismo, ao contrário da característica estática dominante até aquele período. Há de se ressaltar que fotos coloridas, de alto contraste e granuladas também tiveram ampla projeção. Para os fotógrafos, a ascensão do jornal de Wainer foi de extrema valia, na medida em que o nome deles passou a aparecer nas matérias ao lado do repórter, possibilitando maior valorização da profissão.

Além de implementar aspectos novos na imprensa brasileira, a *Última Hora* sabia renovar fórmulas de sucesso que haviam sido deixadas de lado. O jornal encontrou dificuldades para incorporar jornalistas no seu quadro de funcionários pelo fato de muitos deles terem sofrido com a repressão do DIP. O atrativo para convidá-los a participar de um jornal pró-Getúlio teve como destaque a concessão de colunas, dando margem para a opinião do articulista e, ao mesmo tempo, conferindo-lhe maior prestígio. O colunismo, resgatado pela *Última Hora*, já havia sido amplamente utilizado por publicações brasileiras, principalmente aquelas do século XIX, quando muitas questões políticas eram debatidas na mídia. (Barros, 1978).

A caricatura também conferiu grande diferencial ao jornal nesse contexto inicial dos anos 50; primeiramente voltada para o humor e depois predominando o cunho político. A perda de proeminência das charges teve como causa principal a censura do Estado Novo; mesmo com a volta da democracia esse estilo não voltou com a mesma intensidade às publicações nacionais. Até que um jornal pró-Getúlio a trouxesse de volta, tornando-a novamente popular.

Por fim, cabe ressaltar a importância da estratégia empresarial inovadora que contribuiu de forma significativa para o sucesso comercial do jornal. Além de conceder prêmios para jornaleiros e consumidores que estimulassem a circulação, a *Última Hora* procurou fazer com que seus exemplares chegassem às bancas antes dos demais. Para isso, uma frota própria foi designada para efetuar o transporte, atentando para as melhores rotas do trânsito na cidade. O fato de que os principais concorrentes tivessem à disposição equipamentos gráficos mais rápidos e modernos tornava a tarefa ainda mais árdua, o que motivou a equipe a delinear uma tática ainda mais impactante: antecipar o horário de fechamento das edições. Essa medida foi tomada após uma série de estudos cuja conclusão central demonstrava que os principais acontecimentos, tanto no Brasil como nas localidades mais relevantes do mundo, ocorriam antes da meia-noite. Como resultado, a *Última Hora* ampliou consideravelmente sua tiragem e provocou reflexos consideráveis nos principais

jornais da capital Federal; estes passaram a adotar a maior parte dos procedimentos implementados pela publicação de Samuel Wainer.

O crescimento vertiginoso, bem como todo o impacto causado por tantas inovações não passariam despercebidos. Os principais meios de comunicação do país, temendo por seus interesses, mobilizaram conjuntamente uma campanha devastadora contra o grupo de Wainer. A conseqüência foi que a mídia nacional virou palco para ataques pessoais, acusações e sensacionalismo entre jornalistas. O ápice desse processo ocorreu mediante a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a averiguar o financiamento da *Última Hora*; posteriormente houve uma extensão para apurar fatos semelhantes relacionados a outros jornais.

O estopim para a conflagração ocorreu, no dia 20 de maio de 1953, quando a *Tribuna da Imprensa* publicou uma entrevista com Herófilo Azambuja. Descrito como interventor do Banco do Brasil, Azambuja teria a incumbência de recuperar o dinheiro “esbanjado” pela instituição governamental à época em que a gráfica Érica recebeu empréstimos consideráveis. Azambuja negou o teor da reportagem e Natalício Norberto, autor da matéria, acabaria ingressando na *Última Hora*, onde desmentiria o que fora publicado, acusando Lacerda de tê-lo pressionado. (Dulles, 1992). Nos meses seguintes, o dono da *Tribuna* ganharia ainda mais espaço para os ataques contra Wainer, já que pôde atuar em duas mídias importantes: a *Rádio Globo*, concedida por Roberto Marinho, e a *TV Tupi* disponibilizada por Assis Chateaubriand.

Percebendo a possibilidade de criação de um fato político de conseqüências negativas para o governo e visando maior ressonância para seus ataques, Carlos Lacerda procurou o deputado Armando Falcão para lhe passar informações acerca do caso *Última Hora*. Apesar de ser filiado ao PSD, partido que teoricamente deveria ser mais alinhado ao governo, Falcão tinha simpatias pela UDN e por Lacerda; prontamente se dispôs a colher assinaturas (110 no total) que viabilizaram a instauração da CPI. Ana Paula Goulart enumera os principais pontos levantados pelo dono da *Tribuna da Imprensa* para motivar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito:

Lacerda levantou contra *UH* as seguintes acusações: 1) tentativa da eliminação da liberdade da imprensa pela criação de condições de concorrência desleais; 2) empréstimos no Banco do Brasil sem garantia de reembolso; 3) desmantelamento das equipes de redação e da economia interna da imprensa pela atração de jornalistas com altos salários, só possíveis devido aos financiamentos maciços do Banco do Brasil; 4) *dumping* no mercado publicitário pela oferta de preços de anúncios mais

baixos e 5) tentativa de controle de papel de imprensa, através de fiança do BB, dada em condições excepcionais. (Ribeiro, 2000, 110).

No primeiro momento, Samuel Wainer não enxergou maiores problemas para as investigações, afinal considerava esta uma ótima oportunidade para esclarecer todo o caso e frear o denunciamento de Lacerda. Além disso, sentia-se reconfortado pelo fato de o governo ter maioria na Comissão, o que facilitaria sua defesa. Wainer não esperava, contudo, que muitos desses deputados considerados aliados não demonstrassem interesse pelo caso ou mesmo o atacassem. O relator Frota Aguiar, do PTB, tampouco contribuiu a favor do jornalista como se esperava, já que era apenas um suplente e figura inexpressiva do partido. Segundo José Augusto Ribeiro, “a escolha de seu nome pelo PTB foi explicada pela disposição do governo de apoiar uma investigação sem peias do caso *Última Hora*.” (Ribeiro, 2002, 149).

Durante os trabalhos da CPI, Carlos Lacerda falava constantemente no rádio e na TV a respeito das revelações do caso, sempre realçando o papel governamental para ajudar indevidamente a *Última Hora*. Como testemunha de acusação, Lacerda demorou três dias para explicitar todos os detalhes contra Samuel Wainer. Toda essa combatividade culminou em novos ataques desferidos por outros órgãos de comunicação simpáticos à campanha do dono da *Tribuna da Imprensa*. O caso ganhou contornos ainda mais pesados quando Wainer foi preso por se recusar a revelar à CPI quem havia financiado sua empreitada jornalística. Por conta de todos esses desdobramentos, o jornalista se mostrou arrependido, em suas memórias, de ter apoiado a instauração desse processo investigativo:

Mais grave ainda, só depois constatei que, quando propus a formação da CPI, Lacerda estava perdendo fôlego. Talvez prosseguisse na campanha, movido por seu ódio inesgotável, mas o certo é que começava a faltar-lhe combustível. Lacerda entendeu imediatamente que a CPI lhe forneceria o palco ideal para o *show* de falso moralismo que sempre soube encenar. Essa percepção faltou até mesmo a Getúlio Vargas: quando lhe apresentei a idéia que tivera, o presidente apoiou-a de imediato. Nenhum de nós anteviu que estávamos oferecendo ao inimigo justamente a arma de que necessitava. (Wainer, 2003, 177 – 178).

Diante da ofensiva que sofria, tanto no campo político quanto na grande mídia, a *Última Hora* resolveu partir para o ataque. Os *Diários Associados* foram um dos principais alvos dessa ofensiva; fotos de Assis Chateaubriand dormindo nas sessões do Senado foram publicadas, além de adjetivações tais como “gângster” que denotavam seus negócios escusos. Foi com Carlos Lacerda, entretanto, que Wainer travaria uma verdadeira guerra, com uma intensa troca de insultos e acusações. Um fato marcante criado, nesse período, foi a

denominação de “corvo” utilizada para se referir ao inimigo. A motivação ocorreu por conta da presença de Lacerda no enterro do jornalista Nestor Moreira, morto em decorrência de surra que sofrera de policiais. Wainer, também presente à cerimônia, considerou hipócrita o ar de tristeza de Lacerda, surgindo daí a idéia de associá-lo a um corvo. Voltando à redação, Samuel Wainer orientou o caricaturista político FLAN a desenhá-lo no corpo da ave e tratou de escrever dois editoriais a respeito, designando Lacerda como “um pobre delator de seus próprios companheiros, um mísero frustrado em sua própria profissão, uma alma de alcagüete a serviço de todos os movimentos antipopulares, antihumanos, antinacionais”. (Wainer *apud* Dulles, 1992, 170).

Samuel Wainer viria a sofrer duros golpes como consequência de todo esse engajamento ocorrido no período. Talvez o maior deles tenha sido a divulgação maciça nos *Diários Associados* e na *Tribuna da Imprensa* de que não era brasileiro, mas sim bessarabiano. A descoberta foi feita através da união de forças entre Carlos Lacerda e o repórter David Nasser, dos *Associados*, que conseguiram obter documentos provando a irregularidade. De acordo com Jorge Miranda Jordão, jornalista da *Última Hora*, Samuel Wainer teria lhe falado a respeito do assunto: “Eu morei com Lacerda. Conte para ele que uma das dificuldades que tenho na vida é não ter certidão de nascimento. Isso é sacanagem porque contei isso a ele numa intimidade de amigo.” (Wainer *apud* Laurenza, 1998, 43).

A situação se tornou ainda mais complicada quando o irmão de Wainer, José, foi acusado de forjar dados de registro de estrangeiro na alfândega a fim de mascarar o fato de que Samuel já tinha dois anos de idade quando chegou ao Brasil. Além das posições nacionalistas de Wainer terem sido prejudicadas pela revelação, ainda havia problemas de ordem legal, na medida em que não é permitida, na legislação brasileira, a posse de órgãos de comunicação por parte de estrangeiros. Para contornar o entrevero, o dono da *Última Hora* passou a figurar apenas como fundador do jornal, estando a direção a cargo de Danton Coelho, ex-ministro do Trabalho.

Todo esse desgaste sofrido fez com que os anunciantes se afastassem da publicação, acarretando em atrasos de salário, demissões e perda de equipamentos. Além disso, Samuel Wainer não tinha mais a mesma desenvoltura nos círculos governamentais. No último encontro com Getúlio, Wainer relatou as dificuldades sofridas pela *Última Hora* e propôs ao presidente que negociasse o fim do jornal com os donos dos principais meios de comunicação do país em troca de apoio editorial. (Wainer, 2003). O governo, no entanto, procurou dar mostras de que não estava protegendo a *Última Hora*, determinando que as dívidas do jornal fossem executadas pelo Banco do Brasil, bem como outras medidas

prejudiciais ao grupo de Wainer. Em suas memórias, o jornalista descreve a situação e realça o fato de que procurou manter apoio irrestrito a Getúlio Vargas até o fim:

Depois que me afastei do Catete, passei a manter contatos com Getúlio através de intermediários, entre os quais o mais constante e eficaz era Alzirinha. Eu sentia muita saudade do meu velho amigo. Sentia saudade principalmente das conversas noturnas no palácio, quando lhe contava as fofocas do momento – quem fizera negociatas, que tipo de trama política estava em curso, quem estava comendo quem. Mas eu não podia voltar ao Catete. Os auxiliares mais próximos de Vargas perceberam que algo de grave ocorrera, mas os leitores da *Última Hora* jamais souberam disso. O jornal continuou fiel à linha editorial que sempre o orientou. Quando necessário, criticávamos alguma área do governo. Mas a figura de Getúlio deveria ser poupada a qualquer preço. (Wainer, 2003, 198)

2.3 – CARLOS LACERDA E A *TRIBUNA DA IMPRENSA*

“Se percorrêssemos a paisagem política do início da década de 50, nenhum líder teria a capacidade do Carlos Lacerda para empolgar a opinião pública, agitar e conseguir reunir em torno de si a atenção, o interesse do mundo civil e do mundo militar.”

Juscelino Kubitschek

Para alguém que entrou no jornalismo por considerar não ter vocação para qualquer outra coisa (Lacerda, 1977), tornar-se um dos profissionais de imprensa mais destacados da história brasileira foi um grande feito para Carlos Lacerda. Seu prestígio na profissão se consolidou após atuação em diversos e importantes meios de comunicação, além de ter conseguido criar seu próprio jornal: a *Tribuna da Imprensa*. Esta foi uma das publicações de maior repercussão da década de 50 e refletia nitidamente todo o engajamento político de seu proprietário que fez do veículo uma verdadeira trincheira de oposição sistemática ao governo Vargas.

Talvez Carlos Lacerda tenha sido o jornalista mais envolvido com a política e com os jogos de poder nesse contexto do segundo governo de Getúlio Vargas; além de usar a *Tribuna da Imprensa* a todo o momento para tentar desestabilizar e fazer pressão sobre o presidente, Lacerda também arquitetava acordos com líderes políticos e militares de alta patente. Filiado à UDN, ele já havia sido eleito vereador no final da década de 40 e até poderia ter tentado uma vaga para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1950, mas preferiu canalizar as energias em seu próprio jornal. Sua postura em relação à volta de Getúlio

ao poder era contraditória; argumentava haver riscos do ex-ditador implementar um novo golpe, porém não enxergava qualquer problema em defender medidas antidemocráticas para evitar a posse do presidente, como sentenciou antes do pleito que definiria a vitória do petebista: “O Sr. Getúlio Vargas não deve ser candidato à Presidência. Se for, não deve ser eleito. Se eleito, não deve ser empossado. Se for empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.” (Ribeiro, 2001 - 2, 61)

A *Tribuna da Imprensa* nunca chegou a possuir uma tiragem significativa que a possibilitasse competir com os jornais de maior circulação do país. Enquanto *O Globo* tinha média de 110 mil, a *Última Hora* 95 mil e o *Diário da Noite* 75 mil, a *Tribuna* apresentava modesta marca de 40 mil exemplares vendidos por dia no ano de 1954. (Ribeiro, 2000). Isso, entretanto, não diminuía sua visibilidade e influência, visto que os fatos narrados nas páginas do jornal tinham grande repercussão no cenário político nacional, seja pela linha tênue que separava o jornalista dos opositores udenistas ou pela agressividade e virulência de seus artigos contra os desafetos e políticos governistas. Ana Maria de Abreu Laurenza descreve as principais características da publicação, tendo como base o ano de 1951, quando começou a sofrer a concorrência da *Última Hora*:

Refletia em seu conteúdo a personalidade inquieta e prolixa de seu dono, Carlos Lacerda. Inquieta e prolixa por não poupar adjetivos favoráveis a seus amigos e rigorosos impropérios aos inimigos; por misturar política nacional, notícias gerais e pautas sobre a cidade do Rio de Janeiro, nas dez primeiras páginas da edição, sem a preocupação de reunir essas matérias em editoriais segmentados, característicos dos jornais da época. (Laurenza, 1998, 58).

Cabe destacar alguns símbolos que ficaram marcantes na *Tribuna da Imprensa*; o desenho de um garoto vendedor de jornais, o “gazeteiro”, era localizado no lado direito do cabeçalho; à esquerda, uma figura ainda mais emblemática da publicação, uma lanterna que denotaria a obstinação na busca da verdade. Este aspecto foi uma resposta de Lacerda às provocações dos concorrentes, especialmente Samuel Wainer, que caracterizavam a *Tribuna* como o “lanterninha” dos grandes jornais em vendas. Mais do que o lado investigativo e contestador, o novo *slogan* reforçava uma nova tendência, no sentido de haver mais combatividade e matérias panfletárias ao modo do dono. Antes de lançar seu jornal, Lacerda tinha parâmetros e bandeiras diferentes em relação à atividade jornalística; para ele o sensacionalismo e as manchetes chamativas deveriam ser abominados, conforme descreve seu biógrafo, John Foster Dulles:

Segundo Carlos, outro ponto negativo dos jornais brasileiros era as manchetes grandes e sensacionalistas, que, disse ele, de modo geral já haviam sido abolidas no exterior. Considerando fotografias e manchetes sensacionalistas o resultado da irresponsabilidade, disse que “no Brasil, onde pagamos papel em dólares, gasta-se às vezes a metade da primeira página, em milhares de páginas, para dizer uma tolice ou uma mentira”. Igualou enormes manchetes a gritos nas ruas que, se dados diariamente, param de alarmar e passam a ter menos efeito do que uma voz em tom baixo. (Dulles, 1992, 126).

Ironicamente, esse ponto negativo dos jornais brasileiros descrito por Lacerda configuraria a marca registrada da *Tribuna da Imprensa* nos anos posteriores, mais notadamente durante o governo Vargas. Apesar desse engajamento político que a publicação entoaria em suas páginas, ela não se furtou em participar do processo de transição que ocorria no jornalismo brasileiro em prol da objetividade, conforme destaca Ana Paula Goulart: “Ao mesmo tempo em que servia de instrumento para as realizações políticas de seu dono, Carlos Lacerda, também comportava em suas redações uma equipe de repórteres de excelente nível técnico-profissional, formados em moldes modernos.” (Ribeiro, 2000, 122).

Alguns pontos podem ser destacados nesse processo de modernização ocorrido na *Tribuna da Imprensa*. A conceituada equipe era norteada por um manual de redação, similar ao do *Diário Carioca*, que tinha a função de delinear um padrão uníssono para as reportagens da publicação e orientar textos mais objetivos. Além disso, as fotografias e as charges tiveram amplo destaque, na medida em que traziam dinamismo para as páginas do veículo, concedendo mais atrativos para o leitor.

A despeito desses fatores de contribuição por parte da *Tribuna da Imprensa* nessa fase de transição do jornalismo brasileiro, o que predominou foi a combatividade e virulência oposicionista de Carlos Lacerda. Para compreender todo esse engajamento do jornalista, torna-se imprescindível analisar os pontos mais marcantes de sua trajetória até se tornar o dono de um dos veículos de comunicação mais influentes do Brasil. Assim, deve-se destacar o seu envolvimento com a política ao longo da vida, bem como todo o seu histórico de agressividade em seus posicionamentos e na detração de seus inimigos, mais notadamente Getúlio Vargas e Samuel Wainer.

Lacerda ingressou no curso de Direito, em 1932, porém não chegaria a finalizar sua graduação. Ele abandonou a faculdade após ter chegado à conclusão de que as áreas mais satisfatórias do ramo não eram interessantes financeiramente. Contudo, o ambiente acadêmico, serviu para despertar no jovem estudante a paixão pelo comunismo, o que resultou em estreitas ligações pelas causas do movimento neste período de sua vida.

Em 1935, Lacerda exerceu uma de suas primeiras atividades políticas, quando atuou com afinco na Aliança Nacional Libertadora, vinculada à Internacional Comunista, cujos objetivos eram manter frentes antifascistas e libertar o Brasil da dependência do capital estrangeiro. O ponto culminante desse engajamento ocorreu quando Lacerda leu manifesto redigido por Luís Carlos Prestes em comício da ANL no teatro João Caetano. O texto pregava mobilização popular contra o “governo odioso de Vargas”, segundo palavras de Prestes. Por conta de seu envolvimento político, notadamente com o comunismo neste período, Lacerda foi preso em diversas ocasiões. Para continuar escrevendo seus artigos panfletários, o jornalista teve de usar pseudônimos em algumas publicações como na *Revista Acadêmica*, por exemplo.

O governo só iria suavizar a repressão em 1937, quando teve início a campanha eleitoral para a eleição presidencial. Carlos Lacerda decidiu apoiar a candidatura de José Américo de Almeida, ex-ministro de Getúlio e ligado à esquerda. O pleito, no entanto, não chegaria a ser concretizar, já que o presidente Vargas anunciou a descoberta do falso Plano Cohen, suposta conspiração comunista que serviu de pretexto para a implantação da ditadura do Estado Novo. Com esse desfecho, houve substancial aumento de repressão aos comunistas com a decretação de “estado de guerra” pelo Congresso. Por conta disso, Lacerda teve de se refugiar e voltou à prisão por um breve período. (Dulles, 1992).

O *Observador Econômico*, revista similar à americana *Fortune*, foi outra publicação de suma importância na carreira jornalística de Carlos Lacerda. O início dessa colaboração ocorreu em 1938, mas o repórter também escrevia matérias para outros meios de comunicação, como *Diretrizes* de Samuel Wainer. O fato mais notável ocorrido em sua passagem pelo *Observador Econômico* teve como destaque uma matéria, recomendada e ajudada financeiramente pelo DIP, que se propunha a fazer um estudo histórico acerca do Partido Comunista do Brasil (PCB). Lacerda questionou os colegas de *Diretrizes* se deveria fazer a matéria, pois se ele não a publicasse, ela poderia ser confeccionada pelo repórter Heitor Muniz, “jornalista tremendamente anticomunista.” (Lacerda 1978, 53). O artigo de Lacerda, “A exposição anticomunista”, demonstrava a necessidade de se conhecer a história do partido para esmagar o movimento. Por conta da publicação, o jornalista foi expulso da agremiação, sob a alegação de que vários membros foram presos e torturados em decorrência do texto.

Este período de sua vida foi traumático, na medida em que muitos amigos deixaram de manter contato e se afastaram. Em solidariedade, Samuel Wainer convidou Lacerda a escrever críticas literárias nas páginas de *Diretrizes*, mesmo contrariando os

comunistas da redação. Após uma série de artigos violentos contra artistas conceituados, houve intensa revolta dos companheiros da publicação. Wainer decidiu que a permanência do companheiro se tornara inviável e decidiu comunicar-lhe a demissão, como atesta em suas memórias:

Eu havia imaginado que com o episódio da expulsão do PCB, ele se tornaria mais tolerante, humilde, compreensivo. Nada disso aconteceu, e tive de ceder às evidências: comuniquei-lhe que não havia mais clima para que ele continuasse a escrever em *Diretrizes*. Este incidente com certeza contribuiu para antecipar a ruptura que ocorreria mais tarde – era mais uma semente do ódio que ele depois manifestaria em relação a mim. (Wainer, 2003, 73).

Os *Diários Associados* serviram como mais uma experiência profissional importante na vida de Carlos Lacerda. Em 1942, o jornalista foi incumbido de dirigir e reorganizar a Agência Meridional, agência telegráfica do conglomerado. O convite foi feito pelo fato de Assis Chateaubriand ter se admirado com o trabalho de Lacerda em *Diretrizes* e numa empresa publicitária que visava cuidar da imagem de cassinos junto à mídia. Neste período, estava em curso a Segunda Guerra Mundial, o que mobilizou os comunistas a angariar apoio ao governo Vargas no combate ao nazi-fascismo. Para tentar recompor com os membros do PCB, Lacerda aceitou sugestão de seu tio Fernando e decidiu escrever um artigo favorável a Getúlio, denominando-o de “nosso amigo”.

Daí surgiu outro ponto de atrito com Samuel Wainer; Carlos pediu a ele que o ajudasse na reconciliação com os comunistas e que publicasse seu artigo em *Diretrizes*, mas Wainer considerou o conteúdo contrário à linha editorial da revista. Após duas semanas criando justificativas para a demora, Wainer relatou que não poderia publicá-lo. Segundo ele, a reação de Lacerda teria sido raivosa: “Ele arrancou-me a carta das mãos e dirigiu-me um olhar que jamais esqueci. Era um olhar de frustração e ódio. Virou-me as costas e saiu.” (Wainer, 2003, 74).

Lacerda se desligou dos *Diários Associados* em 1944, quando passou a trabalhar como escritor *free-lancer* para o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca*. O jornalista teve papel de destaque no fim da censura do DIP sobre a imprensa ao realizar a célebre entrevista com José Américo de Almeida. Esta foi publicada primeiramente no *Correio da Manhã* e posteriormente recebeu aprovação para sair nas páginas de outros meios de comunicação.

De acordo com Carlos Lacerda, os oito anos de ditadura do Estado Novo haviam sido extremamente prejudiciais para o surgimento de novas lideranças políticas no

país, sendo necessária a presidência de um militar para viabilizar um novo governo. Lacerda apoiou o nome de Eduardo Gomes, trabalhando em articulações para busca de maior suporte a essa candidatura. Além disso, contestou veementemente os adversários do brigadeiro no pleito; associou Dutra ao nazismo e realizou uma campanha difamatória contra o candidato Iedo Fiúza, do PCB, referindo-se a ele como “rato Fiúza”. Apesar dos esforços em prol do nome de Gomes, o ex-ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, acabou ganhando as eleições com apoio de Vargas. O ex-presidente se elegeu como senador por vários estados e pôde manter suas atividades políticas livremente após o fim do Estado Novo, conforme descreve Lacerda:

E aí é que vem, realmente, a habilidade diabólica, não do Getúlio, que a idéia não foi dele, mas sua turma: Ah, querem um militar? Então vamos para o outro. E o Dutra, que ajudou a gente a conspirar contra o Getúlio, quando se viu candidato à Presidência da República, deve ter pensado: “Bom, ta pra mim!” Aceitou e com isso se dividiram as Forças Armadas, interessadas, já então, em garantir a realização das eleições. Mas divididas. E em troca do apoio do Getúlio, o Dutra manteve todo o sistema “getuliano”, quer dizer, manteve todo o sistema que acabou nisso aí. (Lacerda, 1977, 72).

A oposição continuou sendo o espaço ocupado por Carlos Lacerda durante o governo Dutra, já que o jornalista considerava o novo presidente mantenedor da máquina ditatorial do Estado Novo. Trabalhando para o *Correio da Manhã*, Lacerda fez cobertura acerca das atividades da Assembléia Constituinte sob o prisma do antigetulismo e na ofensiva contra aqueles que julgava responsáveis pela derrota da UDN na eleição presidencial. Em seus textos, passou a chamar Getúlio de “o ditador inesquecível”, em analogia ao filme *Rebecca, a mulher inesquecível* que fazia sucesso à época. (Dulles, 1992).

Em 1946, Carlos Lacerda realizou a cobertura da Conferência de Paz em Paris, onde se encontrou novamente com Samuel Wainer que atuava como correspondente de *Diretrizes*. Lacerda voltou ao ataque quando soube de uma entrevista feita pelo antigo companheiro com Josip Broz Tito, governante da Iugoslávia; em artigo, classificou Wainer como “agente de Tito”. Posteriormente viajou para a Itália onde defendeu a necessidade de apoio à reestruturação do país e comparou a experiência traumática de seu povo com o que ocorreu no Estado Novo, conforme descreve John Foster Dulles:

“Em artigos no *Correio da Manhã*, Carlos explicou que os brasileiros deveriam interessar-se pela ‘experiência dolorosa’ da Itália porque de certo modo ela reproduzia a mesma que eles tiveram, exceto que no final, Mussolini foi pendurado numa estação de gasolina enquanto no Brasil

Rebeco (Vargas) “é senador e dá palpites sobre os destinos da República que ele aviltou”. (Dulles, 1992, 97).

Sua permanência no *Correio da Manhã* se prolongaria até 1949, ano em que pediu demissão do jornal por conta de restrições na abordagem de assuntos em seus artigos. Contrariado pela decisão do governo Dutra de entregar concessões de exploração de petróleo para duas famílias que tinham grupos nacionais privados, Carlos Lacerda passou a atacar veementemente tal permissão. Após ter os artigos publicados por dois dias seguidos em abril, o jornalista sofreu veto para continuar escrevendo a respeito do tema por parte do dono da publicação, Paulo Bittencourt. A alegação era de que os proprietários das companhias envolvidas no negócio eram seus amigos de juventude e por isso não poderia permitir que o articulista continuasse desferindo os ataques. Por esse motivo, Lacerda decidiu se afastar da publicação, mas antes conseguiu se entender amigavelmente com Bittencourt para ficar com o nome de sua coluna, “Tribuna da Imprensa”, já que tentaria fazer seu próprio jornal.

Disposto a lutar por essa nova empreitada, Lacerda conseguiu amplo apoio de setores da Igreja Católica e da UDN. Grande parte da ajuda financeira para a criação do jornal adveio de empréstimo obtido junto ao Banco do Crédito Real de Minas Gerais, cujo governador do estado era do partido aliado. O restante dos recursos foi proveniente de campanha para a venda de ações, sendo o resultado final um sucesso. Apesar de não possuir a maior parte dessas ações, Lacerda foi nomeado diretor-presidente do jornal e também ficou a cargo do “controle político e espiritual”. (Dulles, 1992, 127). A vinculação partidária tornou-se ainda mais evidente com a nomeação do deputado federal udenista Aluizio Alves como redator-chefe da publicação.

Tendo seu próprio meio de comunicação em mãos, Carlos Lacerda não iria demorar a utilizá-lo como instrumento político contra Getúlio Vargas que, em 1950, saía de sua reclusão no sul do país para novamente disputar a presidência da República. Juntamente com *O Estado de S. Paulo*, a *Tribuna da Imprensa* realizou campanha que visava impedir a eleição e posse do petebista. (Laurenza, 1998). Além disso, o jornalista atuou nos bastidores da política com o intuito de auxiliar mais uma vez a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, mesmo não considerando esse o melhor nome para a disputa.

Lacerda desejava uma aliança entre PSD e UDN encabeçada por Afonso Pena Júnior. Como isso não pôde ser viabilizado, ainda tentou dissuadir, sem sucesso, o concorrente Cristiano Machado, do PSD, a abdicar de sua candidatura a fim de juntar forças para vencer Getúlio. No encontro, teria dito: “E os senhores, o senhor e o brigadeiro Eduardo

Gomes, vão ficar com a responsabilidade da volta do Getúlio ao poder. E, depois, para tirar esse homem vai custar muita coisa ao Brasil. Vai ser um negócio muito difícil. Por eleição não se tira: ele já ganhou.” (Lacerda, 1977, 116).

Após a vitória de Getúlio que contou com 48,7% dos votos, Carlos Lacerda e a UDN tentaram obstruir o pleito, sob a alegação de que o petebista não havia conseguido votação por maioria absoluta. Apesar de considerar a tese estúpida por ter sido inventada após a eleição, Lacerda apoiou a iniciativa que acabaria se mostrando infrutífera. De acordo com o jornalista, essas e outras medidas golpistas contra o governo eram válidas, já que a máquina ditatorial do Estado Novo, que ainda não fora desmembrada, deixava o nome de Vargas em clara vantagem sobre os demais.

A *Tribuna da Imprensa* passou, a partir daí, a atacar o governo Vargas sob os mais diversos pretextos. Apesar de se referir especificamente ao uso do rádio, que seria concedido a Lacerda por Roberto Marinho durante os embates contra a *Última Hora*, as palavras de Abelardo Jurema descrevem com precisão o trato do jornalista com o presidente: “Carlos Lacerda era um rolo compressor. Era dia e noite, pelo rádio, sempre em cima do Getúlio, acuando. Mal comparando, era como um cachorro no campo acuando o gado para fazê-lo entrar no curral. Assim era o Lacerda, dia e noite. Era uma coisa impossível.” (Lima, 1986, 189).

Da mesma forma que o grupo udenista “banda de música” atacava os correligionários participantes do novo governo, Lacerda não perdoou a presença de João Cleofas no Ministério da Agricultura. Em artigo, referiu-se a ele como sendo o “Judas da UDN”. (Dulles, 1992, 138). Em relação aos demais ministros e integrantes da Administração Federal, havia ataques corriqueiros. Em carta aberta a Vargas na *Tribuna*, por exemplo, o jornalista chamou o ministro da Guerra, Newton Estillac Leal, de “cúmplice do comunismo”, por conta de suas posições nacionalistas.

O comunismo, aliás, era associado frequentemente às ações do governo, o que criava um clima ainda mais pesado no cenário político nacional, tendo em vista o contexto da Guerra Fria. O jornalista se referia às greves como sendo fruto de estreita colaboração entre o Partido Comunista e “certos elementos do PTB e PSD” (Laurenza, 1998, 143). Como não poderia deixar de ser, Lacerda também ligava o nome do antigo companheiro Samuel Wainer ao movimento, descrevendo a publicação deste como “um jornal que o sr. Getúlio Vargas montou para os comunistas”. (Dulles, 1992, 143).

Carlos Lacerda endossou, nas páginas da *Tribuna da Imprensa*, a tese de que o governo Vargas mantinha negociações com Argentina e Chile no intuito de formalizar um

pacto de contraposição ao poderio dos Estados Unidos. Caso isso fosse verdade, poderia se dar vazão às acusações contra João Goulart, que supostamente planejava implementar uma república sindicalista no Brasil, aos moldes do peronismo. José Augusto Ribeiro, todavia, refuta essa linha de pensamento, argumentando que Perón já havia feito acordo com os EUA:

Perón estava entendido com o governo dos Estados Unidos desde a visita à Argentina do professor Milton Eisenhower em junho de 1953, e a essa altura cuidava das concessões aos consórcios petrolíferos liderados por grupos norte-americanos. Isso, porém, ainda era pouco sabido no Brasil, e Lacerda ainda podia falar, sem maior receio de cair no ridículo, em conspirações de Getúlio e Jango com Perón contra os Estados Unidos, quando o que havia eram conspirações de Perón com os Estados Unidos e as multinacionais do petróleo contra a Argentina. (Ribeiro, 2001 – 2, 276)

Em relação a medidas importantes implementadas no governo Vargas, Carlos Lacerda atacou praticamente todas de forma implacável. Na criação da Petrobrás, por exemplo, o jornalista se posicionou de maneira contraditória: o estatuto enviado pelo Executivo ao Congresso deixava uma pequena brecha para participação estrangeira no setor petrolífero nacional. Abandonando suas convicções a favor do capital externo, Lacerda atacou o entreguismo de Vargas, conforme relata seu biógrafo: “Vargas, advertiu Carlos, estava propondo medidas onde o dinheiro do povo brasileiro seria utilizado para que os *trustes* estrangeiros tivessem participação na Petrobrás e ‘montassem o seu negócio com o petróleo brasileiro’, não apenas sem risco financeiro mas também sem grandes investimentos e sem responsabilidades.” (Dulles, 1992, 140).

O projeto original acabaria sendo modificado no Congresso em prol do monopólio da extração do petróleo pelo Estado brasileiro. Lacerda voltou à sua tradicional argumentação a respeito do tema; seja por ter percebido que caíra numa armadilha de Vargas, que desde o início vislumbrava o desfecho ocorrido, ou por ter como única base para seus posicionamentos a crítica ante qualquer ação do Executivo. Segundo ele, o presidente teria tentado usar “um nacionalismo obsoleto e suicida para salvar o que resta de sua popularidade.” (Dulles, 1992, 152).

A *Tribuna da Imprensa* realizou campanha contestatória ao aumento de 100% no salário mínimo, implementado após a saída do ministro do Trabalho, João Goulart. As alegações davam conta de que a medida havia sido efetuada como meio de propaganda do governo, além de criticar o possível aumento do custo de vida por conta do risco inflacionário. O jornal de Lacerda chegou a publicar o relato de operários que se mostraram insatisfeitos:

“O novo salário mínimo veio agravar a situação do operário”, disse-nos João Ribeiro da Silva, empregado da Hime há 52 anos e que não se aposenta porque ganha pouco. Outro antigo empregado, Antenor Augusto da Silva, 47 anos de casa, acha que a “vida vai ser mais dura, a partir de agora”. Ambos afirmaram não crer em mais nada e estar certo de que haverá miséria. (Laurenza, 1998, 149).

Sua atuação de maior projeção nos ataques a Getúlio Vargas ocorreu em suas aparições na TV Tupi. Denunciando o favorecimento governamental para o crescimento da *Última Hora*, Lacerda deixava claro que Samuel Wainer era apenas o pretexto para chegar o seu verdadeiro alvo: Getúlio Vargas. Isso fica claro em sua própria descrição de uma de suas falas mais contundentes proferidas no seu programa:

Eu aí fui para o quadro-negro, tracei assim um sol e uma porção de satélites, lá embaixo eu fiz um satélite pequenininho e escrevi *Última Hora*, e disse: “Eu estou aqui, daqui eu vou passar para aqui.” O outro satélite era o Banco do Brasil. “Daqui vou passar para aqui e depois vou chegar aqui”, e aponte para o sol, e escrevi “Getúlio Vargas”. Quer dizer – graficamente – os ouvintes tiveram a impressão de que aquilo tinha um alcance muito maior do que pensavam no começo. (Lacerda, 1977, 149).

Apesar de sua participação ter sido pautada pelo sensacionalismo e engajamento político, deve-se notar alguns aspectos utilizados pelo jornalista para conferir maior dinamicidade ao programa televisivo. A grande influência que orientou sua performance foi a lembrança do programa “*Life is worth living*” que o jornalista assistira em uma de suas viagens aos Estados Unidos. Para facilitar o entendimento dos telespectadores acerca de temas tão complexos, Carlos Lacerda utilizou-se do já citado quadro negro, da mesma forma que o protagonista, bispo Fulton Sheen, fazia na TV americana. (Morais, 2004). Além disso, Lacerda buscou implementar interatividade no programa, de forma pioneira, com o uso de um telefone que ficava à disposição de ligações do seu público.

Após ter passado anos tentando criar um clima de guerra contra o governo Federal, Carlos Lacerda iria passar de acusador a um dos protagonistas do evento mais devastador para o presidente da República: o atentado da Rua Toneleros, ocorrido no dia 5 de agosto de 1954, do qual escapou com vida. A morte de um militar na ação, entretanto, serviu como o estopim para ativar toda a tensão latente de setores oposicionistas, havendo finalmente a atmosfera desejada por Lacerda, conforme será descrito no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

AGOSTO: COBERTURA DA CRISE HISTÓRICA

Toda a pressão sofrida pelo governo ao longo dos anos anteriores chegou ao ponto crucial no dia 5 de agosto de 1954, com o desfecho trágico do atentado da Rua Toneleros. A morte do major Rubens Vaz, da Aeronáutica, trouxe à tona um grau elevado de animosidade, que ficou ainda mais aguçada após a constatação de que integrantes da guarda pessoal da presidência da República estavam envolvidos na trama. Segundo Tancredo Neves, então ministro da Justiça, o assassinato do major Vaz foi o “ingrediente emocional” (Ribeiro, 2001 - 3 12) que faltava para unificar todo o discurso oposicionista.

Como consequência, houve uma união de forças contrárias ao governo na exigência da renúncia ou deposição do presidente como a única solução possível para solucionar a crise. Toda a agitação de segmentos das Forças Armadas contra a “ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas ou do espírito do partidarismo político” (Ferreira, 2003, 117) encontrou ressonância a níveis exacerbados a partir da morte desse oficial. Provado o envolvimento de membros da guarda pessoal do presidente, a renúncia de Vargas foi exigida por alas conservadoras das três forças armadas, principalmente da Aeronáutica que praticamente apresentava unanimidade neste sentido.

O governo procurou dar mostras de que não compactuava com os protagonistas do atentado e de que possibilitaria amplas investigações a respeito do crime. Dessa maneira, permitiu que o Palácio do Catete sofresse uma devassa, além de viabilizar a instauração do Inquérito Policial Militar para que os militares da Aeronáutica ficassem a cargo dos procedimentos legais. Mesmo assim, a pressão contra o presidente da República se mostrou insuperável, de modo que as exigências pela renúncia não cessaram e ainda foram acirradas pela cobertura da maior parte dos meios de comunicação, com um verdadeiro clima de guerra contra o governo.

Em meio à intensa cobertura jornalística realizada no mês de agosto de 1954, é importante verificar o papel de dois jornais antagônicos no trato do tema: a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*. O primeiro mobilizou-se, desde o dia 5, a implicar o nome do presidente da República, de seus familiares e de membros governistas na elaboração do atentado. Já o jornal de Wainer procurou isentar completamente Vargas e o governo, culpabilizando os próprios membros da guarda pessoal da presidência, envolvidos no episódio, e os pistoleiros contratados para o desfecho do crime.

Tendo em vista o engajamento político e o envolvimento pessoal do seu dono no episódio da Toneleros, a *Tribuna da Imprensa* orquestrou uma campanha pela renúncia do presidente da República. Carlos Lacerda escreveu uma série de artigos, exigindo a saída do presidente; as matérias endossavam a exigência, instigando os militares a entrar no clima de confrontação e dando vazão a outros pedidos de renúncia por parte de políticos, instituições e membros da sociedade civil; charges e fotos ridicularizavam Getúlio; até mesmo o espaço destinado a outros temas passou a ser destinado à cobertura política. Havia também grande destaque para o discurso engajado de políticos da oposição e até mesmo ex-presidentes, como Eurico Dutra e Artur Bernardes.

Já a *Última Hora* visou quebrar o discurso hegemônico da grande mídia, ilustrando que o governo era o principal interessado no desvendamento do crime, além de ter procurado manifestar suposto clima de tranqüilidade e de ordem, bem como a disposição do presidente de não criar qualquer empecilho para as investigações. Em contraposição à campanha da *Tribuna*, procurou-se evidenciar a falta de apoio de setores populares para as hipóteses de renúncia e golpe. Além disso, o jornal de Wainer concedeu espaço considerável para parlamentares pró-governo e para as declarações de militares que se posicionavam em desacordo a qualquer medida contrária à Constituição. Em relação a Carlos Lacerda, foram destacadas suas pretensões eleitorais para as eleições legislativas daquele ano como justificativa para suas posições extremadas.

O atentado contra Carlos Lacerda ocorreu na madrugada do dia 5 de agosto. Já nesse mesmo dia os jornais fizeram ampla cobertura do ocorrido. As duas publicações em questão, nessa análise, delinearão claramente qual seria a orientação para a abordagem do tema. A *Última Hora* estampou na primeira página, ainda que não sendo a manchete principal, que foram “mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime”. Houve a ressalva de que o crime demandava a “mais rápida apuração e implacável punição de seus autores”. Mas tratou de realçar que Lacerda já era uma pessoa visada por todos os seus posicionamentos acirrados nos meios de comunicação e que havia rejeitado ajuda, em sua segurança pessoal, oferecida pelo governo: “Conhecendo os perigos que o cercam frequentemente, o governo atual tem primado nas medidas de proteção àquele jornalista e político, não só atendendo imediatamente todos os seus pedidos de garantia pessoal, como cercando de mais ampla segurança o seu próprio jornal.”

Enquanto isso, a *Tribuna da Imprensa* dava o tom da linha editorial que iria nortear sua ação ao longo da maior parte do mês de agosto. A manchete garrafal exprimia: “A nação exige o nome dos assassinos”, ilustrando um recurso que seria amplamente utilizado

pelo jornal: a associação de seus posicionamentos com aqueles do povo brasileiro como um todo. Na primeira página, havia a exibição de uma denúncia, já feita logo nesse primeiro dia da crise, de que indivíduos da guarda pessoal de Vargas estariam envolvidos no crime. Um informante teria ligado para a *Tribuna* e dito: “Para a orientação de vocês, eu tenho a informação que os autores do atentado a Carlos Lacerda foram dois elementos da guarda pessoal do presidente da República e um elemento da Polícia Especial, todos muito chegados ao sr. Lutero Vargas”. O dado mais marcante do jornal, nesse dia fatídico, foi o artigo escrito pela vítima do atentado, o próprio Lacerda. Em meio à emoção do momento, o jornalista já direcionava as acusações contra Vargas:

Hoje, que mais posso dizer? A visão de Rubens Vaz na rua, com duas balas à queima-roupa, a viagem interminável que fiz com ele até o Hospital, vendo-o morrer nos meus braços, impede-me de analisar a frio, neste momento, a hedionda emboscada desta noite. Mas perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como desta noite. Este homem é Getúlio Vargas.

É importante ressaltar que já no dia 5, o taxista Nelson Raimundo dos Santos foi à polícia, onde relatou ter transportado o pistoleiro do atentado. O provável motivo desse comparecimento foi o fato de o bandido ainda ter trocado tiros com um guarda municipal depois de assassinar o major Rubens Vaz, sendo que um dos disparos pegou na lataria do automóvel. Os dois jornais reportaram o fato que tornaria, nos dias seguintes, ainda mais crítica a situação de membros da guarda presidencial.

No dia 6, a *Tribuna da Imprensa* buscou demonstrar união entre militares e populares no repúdio veemente à morte do major Rubens Vaz. A manchete principal era a seguinte: “Povo e classes armadas unidos no enterro do major assassinado”. Em seu artigo, Carlos Lacerda fez referência à assertiva da *Última Hora* do dia anterior de que Vaz era um “companheiro de idéias” de Lacerda. Dizia o artigo que a publicação de Wainer “simulou ares de jornal honesto” e classificou a tentativa como uma das “provocações pagas pelo Banco do Brasil”. Ainda acrescentou que as idéias da *Tribuna* só não eram compartilhadas pelos “tolos” e “tratantes”. Logicamente, o jornalista não poderia deixar de chegar ao ponto onde queria, atacando frontalmente o presidente. Alegou que o “espírito Vargas” de “um governo que rouba o povo para com o dinheiro povo enganar o povo desapareça da face dessa nação tão digna de melhores dias”.

Em contraposição, a *Última Hora* buscou conceder espaço ao deputado Lutero Vargas, filho do presidente, que viria a ser o principal alvo de Lacerda nas acusações de ter

sido um dos mentores do crime. O jornal descreveu o atentado da Toneleros como “revoltante” e procurou dissociar Lutero, alegando interesses eleitorais da oposição para desestabilizá-lo. Na primeira página, destaque para uma assertiva do deputado: “Enquanto meu pai for presidente da República eu me empenharei para que Carlos Lacerda não sofra qualquer atentado”. Para ressaltar a disposição do governo em desvendar todo o episódio nebuloso, a coluna “O Dia do Presidente” destacou uma declaração do ministro da Justiça, Tancredo Neves: “O governo é o principal interessado na apuração das responsabilidades”. Os esforços nesse sentido continuariam no dia posterior, quando o jornal de Wainer expressou a manchete “Todos os esforços para a elucidação do crime”, destacando o trabalho do governo para desvendar o ocorrido.

Carlos Lacerda, entretanto, posicionava-se de forma totalmente contrária nesse dia 7 de agosto. Para ele, as investigações da polícia não visavam a devida apuração do crime, mas sim em acobertar os envolvidos que seriam todos ligados à presidência da República. Lacerda ficou profundamente irritado quando o delegado do inquérito lhe pediu que entregasse sua arma, insinuando que uma das linhas da investigação poderia recair sobre o jornalista como autor dos disparos. (Lacerda, 1977). Em seu artigo, foi feito um alerta à opinião pública: “Engane-se quem quiser; com a autoridade que a desgraça que se abateu sobre nós nos confere, afirmo-vos que o inquérito do modo por que está sendo conduzido, ainda que no momento não tenha chegado a essa degradação, acabará necessariamente numa farsa, porque é evidente que o governo não quer suicidar-se.”

Até o dia 9 de agosto, o motorista Nelson Raimundo havia delatado Climério Euribes de Almeida, que havia sido da guarda pessoal da presidência. Getúlio Vargas já determinara a extinção da guarda pessoal e determinado que Gregório Fortunato não pudesse sair do Palácio do Catete. Nessa data, a *Tribuna da Imprensa* publicou reportagem que indicava vínculos de Lutero Vargas com Climério. Na primeira página, a associação direta da guarda pessoal com o presidente, por meio de uma foto de Getúlio ao lado de Gregório. A legenda dizia: “Gregório é o símbolo ostensivo da capangagem de que Getúlio Vargas, com medo do povo, procura cercar-se” e concluía: “Ele representa o primarismo dos métodos de fazer calar as vozes dos que incomodam o sono do grande oligarca [Getúlio], que não quer senão dormir sem pesadelos, apesar de seus crimes. Climério de Almeida é bem discípulo de ambos.” Em seu artigo, Carlos Lacerda indicou que Getúlio Vargas poderia aplicar um golpe por conta do momento político turbulento, o que validaria uma ação anterior que o impedisse de adotar essa medida: “Por outras palavras, se o sr. Getúlio Vargas, levado pelos próprios crimes de sua gente, tentar aproveitar-se dessas horas aparentemente confusas para armar os

elementos do seu golpe, é preciso que a nação esteja preparada para dar o contragolpe antes que ele faça correr mais sangue de brasileiros.”

A *Última Hora* também anunciou com destaque o fato de Climério ser procurado da polícia e publicou uma foto dele na primeira página. A legenda procurava denegrir a imagem do assassino, sem vinculá-lo a qualquer mandante: “Climério Euribes de Almeida – o bárbaro matador do major Vaz tem o rosto cheio de bexigas, marcas de varíolas. Sua prisão é iminente”. Na página dois, o jornal dedicou amplo espaço para um texto que defendia o regime e a espera pacífica às eleições que se aproximavam. A conclusão dizia: “Qualquer observador político, por menos experimentado que seja, sabe que atravessando incólume as eleições que terão início a 3 de outubro deste ano, o Brasil estará definitivamente liberto das perturbações e movimentos que fizeram da América do Sul o continente social e economicamente mais atrasado do mundo ocidental.”

Durante o dia 9 de agosto, o ministro da Justiça, Tancredo Neves, divulgou uma nota incisiva a respeito da disposição do presidente de continuar no poder; ela dizia que Getúlio “só deixará o governo por morte, revolução ou término natural do seu mandato”. (Ribeiro, 2001 - 3, 63). Para Tancredo Neves, “era preciso desfazer a onda de boatos que crescia muito no Rio de Janeiro, manipulada por uma central de fabricação de notícias alarmantes.” (Ribeiro, 2001 - 3, 63). No dia seguinte, a *Tribuna da Imprensa* procurou ser ainda mais enérgica, com a manchete “A nação exige a renúncia de Vargas”. Havia ainda, nesta edição, a instigação e destaque de movimentos contestatórios no meio militar. Apesar disso, a *Última Hora* mantinha o discurso de que era necessário esperar as eleições de outubro, com o acréscimo de declarações a favor da legalidade de integrantes do meio militar. Na página dois, era destacado que “as notas do alto comando do Exército e dos oficiais gerais da Aeronáutica asseguram a realização livre e democrática da página eleitoral que se avizinha”.

Em relação à missa de sétimo dia do major Vaz, a *Última Hora* procurou demonstrar, no dia 11, que o governo compartilhava da dor pela morte do oficial. Na primeira página aparecia destacadamente: “Povo, governo e Forças Armadas orando pela alma do major Vaz”. Há de se notar a tentativa de integrar a presidência, que estava sob cheque, com o meio militar, cujo grau de exaltação se encontrava altíssimo em algumas esferas. Ressaltando essa premissa, o jornal destacou fala do líder do PTB no Senado, contrária à tensão entre governo e militares: “É lamentável que se procure envolver as Forças Armadas para depor o presidente da República”.

Já a *Tribuna da Imprensa* resolveu analisar a situação de Vargas sob o enfoque da deposição eminente e da teimosia de permanecer na presidência. A manchete dizia: “Vargas, virtualmente deposto há 48 horas, não quer sair do Catete”. Foi nessa edição do dia 11, que Carlos Lacerda escreveu um dos mais incisivos e desafiadores artigos, na verdade uma espécie de carta aberta a Getúlio Vargas. O título era: “Presidente da República: renuncie à presidência para salvar a república”. Nele Lacerda defendia a “revolução da paz” e pedia “de todo coração” a renúncia para que o país “possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram”.

A atuação de Lacerda não se limitava ao campo jornalístico apenas. Nesse mesmo dia, o jornalista foi ao encontro do ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, e do vice-presidente, Café Filho. Ao primeiro, propôs a deposição do presidente; diante da negativa por receio de traição, Lacerda disse: “Olha, a sua escolha é simples: ou o senhor trai o presidente ou o senhor trai o país”. (Lacerda *apud* Ribeiro, 2001 - 3, 74). Na conversa com Café Filho, Lacerda disse que a solução para a crise ocorreria com o vice assumindo a presidência, porém a proposta não foi aceita no momento, já que Café planejava propor uma renúncia dupla ao presidente. O fato, contudo, é que o dono da *Tribuna da Imprensa* defendeu nas páginas da publicação, nos dias seguintes, exatamente o que fora tratado nessa reunião: a subida ao poder do vice-presidente.

Reforçando a conotação eleitoral, a *Tribuna da Imprensa*, do dia 12, destacou a fúria do povo contra o PTB; destruição de cartazes de candidatos petebistas, sobretudo de Lutero Vargas e incêndio de carro do partido foram alguns dos fatos relatados. Uma das principais matérias apontava a exigência de estudantes paulistas pela renúncia do presidente, que estaria “podre para governar”. Em seu artigo, Carlos Lacerda fez um apelo aos militares para atuar na resolução da crise caso fosse necessário: “A paz e a segurança do Brasil dependem de vossa decisão de dizer a Vargas que se vá embora por bem, - enquanto é por bem que o povo deseja se ver livre de seus crimes e da vergonha de ele cobriu, perante o mundo inteiro, a nobre nação brasileira.” Na tentativa de ganhar o apoio dos mesmos militares, a *Última Hora* teve como manchete o destaque de uma pretensa união entre as Forças Armadas: “Unidos Exército, Marinha e Aeronáutica em defesa da Constituição”. Havia o reforço de que as manifestações pró-renúncia não encontravam ressonância na sociedade: “Povo em geral, classes trabalhadoras e classes conservadoras ausentes das manifestações dirigidas no sentido de perturbar a tranqüilidade pública e subverter a paz nas ruas!”

Nesse mesmo dia 12 de agosto, teve início o inquérito policial-militar (IPM), solicitado por Eduardo Gomes ao ministro da Guerra, Nero Moura, a fim de agilizar as investigações. O pretexto para essa instauração foi o calibre 45, de uso militar, da arma utilizada para efetuar os disparos contra o major Vaz. Segundo Nero Moura, o presidente Vargas não impôs restrições ao IPM porque “estava acabrunhadíssimo e só tinha uma preocupação: que elucidassem o crime e que o culpado fosse punido.” (Moura *apud* Lima, 1986, 237). Além disso, essa data marcou a última viagem do presidente, que foi recepcionado, em Minas Gerais, pelo governador Juscelino Kubitschek.

O antagonismo dos dois jornais verificados neste estudo pôde ser evidenciado pela descrição dessa viagem presidencial. Enquanto a *Tribuna da Imprensa* destacou o “luto” de estudantes “na chegada de Vargas a Belo Horizonte”, a *Última Hora* apontou: “Vargas ovacionado nas ruas de Belo Horizonte”. O jornal de Wainer ainda publicou uma declaração do presidente que endossava o conteúdo da publicação ao longo dos dias anteriores: “As classes armadas manterão a ordem, a justiça cumprirá o seu dever com independência e o povo, nas próximas eleições, manifestará livremente a sua vontade.” Na primeira página da *Tribuna*, o pedido impactante de Dutra pela renúncia, que “viria a tranquilizar o país”. Em relação à renúncia, foi publicada uma charge de Getúlio sentado na cadeira presidencial rodeada por fogo; acima ficava a frase: “Daqui não saio...”. Além disso, o jornal de Lacerda procurou indicar o envolvimento da família Vargas no atentado da Toneleros pelo suposto histórico de crimes cometido por seus membros no Rio Grande do Sul. Na página dois havia o relato de uma morte, contra um oficial do Exército, pretensamente comandada por Benjamim Vargas, irmão de Getúlio:

Capangas comandados por Benjamim Vargas assassinaram o major do Exército Aureliano de Lima Coutinho metralhando-o pelas costas, no edifício da prefeitura de São Borja depois de lhe haverem depredado e saqueado a casa. O cadáver foi mutilado com requintes de selvageria, ficando em tal estado que se tornou impossível embalsamá-lo para o sepultamento, que se fez em segredo.

A prisão do pistoleiro Alcino, ocorrida na madrugada do dia 13, traria conseqüências ainda mais prejudiciais ao governo, visto que houve acusação, em seu depoimento, de que Lutero Vargas fora o mentor do atentado. O filho do presidente decidiu pedir licença à Câmara dos Deputados e abdicar de sua imunidade parlamentar para prestar depoimento na Base Aérea do Galeão. Esse fato foi a principal notícia dos dois jornais, sendo que mais uma vez houve enfoques totalmente distintos. Em sua manchete de primeira página,

a *Última Hora* destacou: “Lutero Vargas renuncia às imunidades parlamentares para que surja toda a verdade!”. E também abriu espaço para o deputado, com frases tais como: “Trama urdida pretende atingir o meu pai através do meu nome”. O jornal de Wainer também fez menção às alegações de Lacerda a respeito da denúncia de Alcino contra Lutero. Segundo a *Última Hora*, a divulgação teria sido precipitada e ancorada num fato falso: “Com o estardalhaço e a capacidade demagógica que ninguém lhe nega, Lacerda dramatizou o episódio o mais que pôde, evidentemente com o objetivo de anular o efeito público causado pela atitude do deputado Lutero Vargas, que acabara de renunciar às suas imunidades parlamentares.”

Em relação a esse fato, a *Tribuna da Imprensa* tratou logo de associar a suposta culpabilidade de Lutero com seu pai, o presidente da República. Na primeira página, o jornal indagava: “Pode presidir a república o pai do homem que vai ser inquirido?”. Logicamente, não houve a ressalva de que o depoimento ocorreria apenas devido ao fato de o deputado ter abdicado voluntariamente de suas imunidades parlamentares. A veracidade do relato, tido como de Alcino, divulgado pela *Tribuna* fica ainda mais posta em cheque com a informação do jornal, no dia 14, de que o pistoleiro tinha recebido ordens de “ferir Lacerda apenas no pé”, algo difícil de ser efetuado com precisão. Em seu artigo, Carlos Lacerda exaltava a fala de Dutra a respeito da necessidade de renúncia por parte de Getúlio. E ainda apontava: “a solução para a crise de governo, para a crise de autoridade, para a crise moral que devasta o país está na substituição do sr. Getúlio Vargas pelo seu sucessor constitucional.” Ou seja, Lacerda já dava mostras, neste momento, de seus entendimentos com Café Filho.

No dia 15 de agosto, Gregório Fortunato viria a ser outro dos envolvidos no atentado a ser preso. Paralelamente, o governo permitiu que os investigadores do Galeão realizassem uma devassa no Palácio do Catete, o que resultou na descoberta de documentos comprometedores de Gregório. A edição da *Última Hora* dava pouco destaque à prisão no dia 16; havia apenas um pequeno informe na página 3, dizendo que Gregório se encontrava “recolhido a uma enfermaria da Aeronáutica”. O principal destaque do jornal, nesse dia, foi um apelo na primeira página: “O crime de Toneleros não deve continuar a envenenar o Brasil”. A *Tribuna da Imprensa* apresentou uma foto de Gregório na primeira página, exaltando a sua prisão.

A última prisão importante do caso ocorreu na manhã do dia 17 de agosto. Após intensa procura das Forças Armadas, Climério Almeida foi pego na casa de um compadre em Tinguá, na Baixada Fluminense. Ao ser preso, Climério possuía 35 mil cruzeiros em cédulas da mesma numeração do dinheiro portado por Gregório e Alcino. Climério, que havia sido

denunciado por Alcino, afirmou que Gregório fora o contratante. O chefe da guarda pessoal da presidência chegou a falar uma série de nomes, inclusive o de Lutero, mas sem nenhuma consistência. A associação mais próxima do alto escalão da república feita por Gregório foi a confirmação de que tinha relatado sua culpa a Benjamin Vargas, irmão do presidente, mas só após o crime. Para tentar fazer com que Gregório denunciasse Bejo Vargas como o mandante intelectual do crime, os investigadores do Galeão se uniram a Carlos Lacerda. O jornalista aceitou fazer uma edição falsa da *Tribuna da Imprensa*, apesar de ter achado a proposta “do ponto de vista ético um diabo” (Lacerda, 1977, 162). Essa edição foi deixada em local de fácil alcance para a leitura de Gregório no Galeão; a manchete dizia: “Bejo Vargas foge para Montevidéu, abandonando seus amigos na hora do perigo” (Lacerda, 1977, 163). Mesmo assim, Gregório não incriminou Bejo Vargas, mantendo a alegação de que apenas o informara a respeito do crime após o seu desfecho.

O relato da prisão de Climério foi o grande destaque das edições do dia 17 de agosto. A *Última Hora* apontava: “Caiu sob um círculo de aço de metralhadoras, aviões e homens dispostos a tudo!”. A primeira página era praticamente toda ela ocupada por fotos da grande mobilização militar pela captura do pistoleiro: homens armados, helicóptero e equipamentos de guerra. O enfoque da *Tribuna da Imprensa* teve similaridade em relação à caçada, com o diferencial na denúncia de que o Catete teria dado 50 mil cruzeiros para a fuga de Climério. O jornal de Lacerda deu grande projeção a um editorial do *Times*, dos EUA, que denunciava a “situação lamentável sob o governo de Vargas”. O texto do jornal americano, publicado na primeira página da *Tribuna*, dava a entender que os problemas do Brasil se resolveriam com a saída de Vargas do poder: “O Brasil é o maior país do hemisfério ocidental e o mais rico em potencial, depois dos Estados Unidos - continua o jornal - tem sido o nosso melhor amigo na América Latina e um aliado leal na guerra. É lamentável para todos os seus amigos, contemplar sua instabilidade atual, mas não há nada que um governo firme e ilustrado não possa curar em curto espaço de tempo.” Na busca por apoio à tese da renúncia, Lacerda conseguiu mais uma declaração de um ex-presidente nesse sentido. Dessa vez, Artur Bernardes defendeu a medida, com uma frase estampada no jornal: “Getúlio deve renunciar”.

Diante do grau altíssimo de sublevação nas Forças Armadas, a *Última Hora*, do dia 18, procurou demonstrar a união de setores militares importantes, sobretudo do Exército. Na primeira página, a assertiva: “Cerca de mil oficiais da Zona Leste em torno de Zenóbio para defender a Constituição”. Na estratégia de defesa do presidente, o jornal procurou associar a demora na divulgação dos depoimentos dos pistoleiros presos à suposta tentativa de exacerbar o povo a tirar conclusões precipitadas. Nesse contexto, uma exigência: “que

venham logo a público os nomes de todos os implicados, sejam eles quem forem – o povo reclama a verdade”. Além disso, o jornal de Wainer defendeu a esfera da Justiça como a única forma de solucionar o caso e punir os culpados. Só assim, “a nação voltaria ao seu trabalho, reconfortada pela prova de fogo que o país atravessou, com o seu regime constitucional intacto, a ordem assegurada e a tranqüilidade popular restabelecida.” Na direção contrária, Carlos Lacerda *se* posicionou, em artigo, contra a demora na resolução da crise: “É em nome da prudência que se pretende adiar qualquer decisão. No adiamento, porém é que se encontra a suprema imprudência, pois não se abrem outros caminhos senão os da capitulação com a ignomínia, do golpe ou da desordem sangrenta.”

No dia 19, os dois jornais apresentaram fotos dos partícipes do atentado presos na Base Aérea do Galeão. A conotação para o caso ganhou contornos distintos mais uma vez; a *Tribuna da Imprensa* apontava os criminosos, mas com a ressalva de que faltava o mandante enquanto a *Última Hora* exclamava: “Nada contra Lutero – afirma o presidente do inquérito militar”. O jornal de Wainer colheu outras declarações do responsável pelo IPM, todas favoráveis ao presidente da República. Dentre ela, publicou-se: “A ordem para a concretização do crime não partiu do governo. Governo é governo, Catete é apenas uma residência, na qual encontram-se cozinheiros, motoristas e servidores outros, por cujas ações ninguém poderá responsabilizar o governo.” A *Última Hora* também procurou dar apoio ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, que substituíra Nero Moura no cargo. Devido ao fato de Moura ser muito próximo ao presidente, Getúlio resolveu demiti-lo para dar mostras de que não criaria empecilhos para as investigações. Essa substituição, entretanto, acabou acirrando ainda mais os ânimos da Aeronáutica, já que muitos militares da instituição não tinham bom trânsito com o brigadeiro empossado na pasta. Eduardo Gomes teria dito: “É uma afronta à Aeronáutica. Agora vamos partir para a luta.” (Ribeiro, 2001 - 3, 128). O jornal de Wainer ressaltou a disposição de Epaminondas: “promete o novo ministro decidido apoio às investigações em curso e punição implacável aos culpados”.

A *Tribuna da Imprensa*, do dia 20, procurou dar ressonância ao pedido de renúncia feito pela Ordem dos Advogados: “Histórico pronunciamento de uma instituição centenária – Vargas já não é mais presidente da República”. No tradicional espaço destinado ao artigo de Lacerda, quem escreveu foi Gustavo Corção, que tentou demonstrar como o presidente tinha responsabilidade na crise, mesmo sem a existência de uma prova material: “Eu imagino que eles só se declarem vencidos quando se encontrar um ‘memorandum’ em papel timbrado e com a chancela do presidente nos seguintes termos: fica o guarda Climério

autorizado a assassinar o jornalista Carlos Lacerda e as pessoas que eventualmente dificultarem esse serviço.” A *Última Hora* continuou associando a campanha pela renúncia presidencial com a motivação eleitoral da oposição, que não teria votos suficientes para alcançar bons resultados. Mas a carga principal do jornal de Wainer era sobre o jornalista Carlos Lacerda, cujos interesses eleitorais teriam motivado as acusações contra seu maior adversário para as eleições legislativas de outubro, Lutero Vargas. A “mentira consciente” teria sido confessada pelo próprio Lacerda na Rádio Globo, como foi destacado no texto:

Com um cinismo e uma falta de pudor sem limites, Lacerda em quem voltou a se encarnar a alma do corvo, confessa friamente que sabia não ser Lutero o mandante, mas insistiu nessa mentira consciente. Por quê? A resposta é fácil. Useiro e vezeiro da técnica de repetir uma mentira consciente que aprendeu nos seus longos anos da Juventude Comunista e das cédulas partidárias em que revelou outrora o mesmo ardor negativista com que hoje procura destruir as bases democráticas do nosso regime.

Para tentar aplacar o movimento golpista, a *Última Hora*, do dia 21, teceu elogios ao brigadeiro Eduardo Gomes, uma das figuras mais ativas na luta contra o presidente Vargas. Na página dois o jornal destacava: “O brigadeiro foi um dos baluartes da democracia, na crise político-militar... não hesitou em se declarar pronto a combater qualquer manobra ou intenção que ferisse a Carta Magna.” O aspecto mais intrigante da *Tribuna da Imprensa* foi o artigo de Guilherme Figueiredo, que apontava a constitucionalidade como um “mito”. Para ele, os que diziam defender a Constituição deveriam “reconhecer no vice-presidente a figura do presidente e passar a acatar as suas sanções, os seus vetos, os seus despachos, as suas ordens e prestar-lhe as continências do estilo. “ Este dado levanta uma questão relevante, visto que durante esse dia, Café Filho se encontrou com o presidente Vargas para lhe fazer uma proposta de renúncia dupla. Segundo Café, uma das prerrogativas para a saída do governo seria a garantia da integridade de Getúlio. A proposta, entretanto, não foi aceita pelo presidente.

No dia 22 de agosto, o quadro político-militar começou a se mostrar insustentável mediante o alto grau de sublevação das Forças Armadas. A Aeronáutica tinha um clima de combatividade dominante, clima este que passava a ganhar força também na Marinha e no Exército. Em conversa com o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Epaminondas, Getúlio teria dito: “Já estou velho, é verdade, e não terei muito fôlego para reagir. Mas derramarei meu sangue na defesa de um direito que conquistei nas urnas legitimamente. Já vivi muito. Agora posso morrer.” (Ribeiro, 2001 - 3, 164). Durante a madrugada, foram apresentadas resoluções

de oficiais da Aeronáutica e da Marinha, pedindo a renúncia do presidente. Para endossar essa situação, a *Tribuna da Imprensa* publicou manchetes a respeito no dia 23 de agosto. Na primeira página, era destacado: “Greve na Marinha e na Aeronáutica se Vargas ficar mais 48 horas”. Em relação à reunião dos brigadeiros, o jornal apontava também na primeira página: “Decisão unânime: renúncia de Vargas”. A *Última Hora*, por outro lado, buscava reforçar a mobilização dos que defendiam a permanência do presidente: “As Forças Armadas e a Polícia Civil permanecem em rigorosa prontidão, prontas a reprimir qualquer agitação, venha de onde vier. Todos os comandos desta capital e das demais Zonas Militares mantêm estreito contato com o Palácio da Guerra, onde o general Zenóbio da Costa coordena as medidas na defesa da ordem.” Essa publicação também tentou demonstrar a falta de respaldo popular para a possibilidade de golpe aventada pela oposição em união com setores das Forças Armadas:

Nunca se abusou tanto do nome do povo como nesta hora em que se pretende liquidar nossa Constituição. Quem ouve as estações de rádio ou lê os jornais tem a impressão de que o povo brasileiro está louco pela deposição do sr. Getúlio Vargas. É só em nome do povo que se fala. Cada provocador do microfone ou da pena sente-se imediatamente mandatário do povo e passa a falar grosso, como se atrás de si trouxesse legiões de criaturas prontas a investir contra o primeiro que lhe contrariasse a ambição mesquinha de conquistar o governo sem eleição. (Última Hora,...)

A manchete mais impactante do dia 23 sairia na edição extra da *Última Hora*. Samuel Wainer recebeu em sua casa, na madrugada do dia 22, Maneco Vargas. O filho do presidente pediu ao jornalista que publicasse uma frase de Getúlio dita em reunião do ministério, frase essa que indicaria a resistência ao golpe: “Só morto sairei do Catete”. Em suas memórias, Wainer demonstra apreensão pela força da frase: “Concordei de imediato, embora ponderasse que uma frase tão forte poderia detonar reações violentas tanto entre os militares golpistas quando entre a massa fiel a Getúlio. Maneco esclareceu que o objetivo era precisamente esse: forçar o confronto.” (Wainer, 2003, 203). O jornal ainda acrescentou, abaixo da manchete, palavras do próprio presidente Vargas: “Fui eleito pelo povo e só este poderá me retirar a confiança que em mim depositou – cumprirei meu mandato até o último dia que a Constituição me assegura e o transmitirei ao meu sucessor legalmente eleito- confio nas Forças Armadas que, como eu, estão mobilizadas para a defesa da lei e da ordem.”

A *Tribuna da Imprensa* logo tratou de responder à frase do presidente, também em edição extra do mesmo dia 23 de agosto. Na primeira página a manchete: “Agrava-se a crise militar com a decisão de Vargas”. Abaixo, uma foto de Getúlio soprando fumaça de seu

charuto, com a legenda: “sua teimosia agrava a situação”. O jornal de Lacerda também procurou repercutir a declaração na Aeronáutica, através de declaração do coronel Henrique do Amaral: “Estranhamos que o presidente da República houvesse declarado ontem que somente morto sairia do Catete.”

O momento político do país era de extrema tensão e alcançou seu ponto culminante no dia 23 agosto. Generais do Exército lançaram manifesto, exigindo a renúncia do presidente, assim como já tinham feito os almirantes e brigadeiros nos dias anteriores. Nos primeiros minutos do dia 24, Getúlio Vargas convocou a reunião do ministério para discutir a crise político-militar. Os ministros da Aeronáutica e da Marinha relataram que suas Forças estavam praticamente em unanimidade contra a permanência de Vargas no poder. O ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, deu a opção de resistência armada, pelo fato de ainda possuir tropas capazes de resistir. Contudo, havia a certeza de derramamento de sangue e incerteza na vitória; além disso, o ministro deixou claro que a responsabilidade para a medida de força seria apenas do presidente. Até que Amaral Peixoto, genro do presidente e governador do Estado do Rio, apresentou a hipótese da licença presidencial, que não seria nem humilhante como uma renúncia, tampouco um ato de desespero como a resistência armada. Getúlio aceitou a proposta.

Nessa madrugada, às quatro horas da manhã, Carlos Lacerda se dirigiu ao apartamento de Café Filho para festejar. Pelo rádio, o jornalista falou que “Vargas ‘devia apodrecer’ na Base Aérea do Galeão” (Dulles, 1992, 188). No Ministério da Guerra, um grupo de oficiais exaltados indagou ao ministro Zenóbio da Costa se o presidente poderia retornar. Segundo o general Juarez Távora, o ministro teria dito: “Podem ficar tranquilos, ele não voltará.” (Ribeiro, 2001- 3, 226). Pela manhã do dia 24, Benjamim Vargas foi ao quarto do presidente para lhe relatar o que Zenóbio da Costa havia dito aos generais. Além disso, Bejo informou ao irmão que fora intimado a depor na Base Aérea do Galeão. Após sua retirada, Getúlio Vargas cometeu o suicídio, provavelmente motivado pela ciência de que as opções restantes eram exatamente aquelas aventadas na reunião ministerial do dia anterior: a humilhação da deposição ou o desespero da resistência armada.

No dia 24, a cobertura da *Última Hora* foi muito mais extensa em relação àquela da *Tribuna da Imprensa*. A manchete principal de ambos até apresentou similaridade, “Matou-se Vargas” na *Última Hora* e “Suicidou-se Vargas” na *Tribuna da Imprensa*. Nesta publicação, houve apenas relatos acerca do acontecimento: “Defechou um tiro no coração – o suicídio ocorreu em seus aposentos particulares – o médico da assistência nada pôde fazer – o general Caiado de Castro desmaiou ao ouvir o disparo”. Houve também destaque para as

primeiras declarações do novo, presidente, Café Filho: “Pacificar os ânimos para um governo de união nacional”.

Enquanto isso, o jornal de Wainer realizou descrições detalhadas, exaltação à figura do presidente, divulgação da Carta-Testamento, relatos da comoção popular, apresentação da biografia de Vargas e outros aspectos que não foram cobertos pelo jornal de Lacerda. A informação do suicídio, na primeira página, foi efetuada da seguinte maneira: “Às 8,30 hs da manhã de hoje o maior líder popular que o povo brasileiro já conheceu encerrou de modo dramático sua grande vida.” Houve grande destaque para as fotos de Getúlio Vargas; várias páginas foram destinadas a elas, com títulos tais como: “A sua vida inteira foi dedicada à república”, “Getúlio, o chefe de família” e “Getúlio, o amigo do povo”. A *Última Hora* procurou manter-se simpática a Café Filho, que neste momento chegava à presidência; seja para tentar manter os ânimos exaltados sob controle ou para o jornal não entrar em confronto aberto contra o novo governo.

Há de se ressaltar que o suicídio de Vargas provocou uma transformação fulminante na opinião pública e na mobilização das massas. A descrição de Abelardo Jurema a respeito desse fato é emblemática: “Dizem que os cadáveres fazem a revolução. Ele que até o momento de dar o tiro no peito parecia um homem amaldiçoado, muito desprestigiado, de repente virou a mesa, e o cadáver dele continuou mandando no país.” (Lima, 1986, 262). A emotividade alcançou tal ponto que populares se voltaram contra os órgãos jornalísticos, dentre os quais a *Tribuna da Imprensa* e os *Diários Associados*, que fizeram campanha contra o presidente Vargas. A *Última Hora* ainda tentou, no próprio dia 24, fazer um apelo de “serenidade” ao povo, como “homenagem àquele que soube morrer pelo povo”:

Ninguém mais autorizadamente do que nós, da *Última Hora*, que sempre estivemos a postos em defesa de Getúlio Vargas, ninguém mais do que este jornal, que nunca deixou de cumprir as palavras de ordem do grande líder, ninguém mais do que nós, que tanto sofremos pela sua causa, ninguém mais do que nós, pode emitir, neste momento de dor e desespero, um apelo à serenidade. Vargas morreu para que o Brasil não se transformasse num campo de batalha fratricida. Era isso o que queriam os inimigos do grande mártir-popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde a cobertura de um fato jornalístico ter originado interpretações e projeções tão díspares entre duas importantes publicações, da maneira como ocorreu nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e da *Última Hora* no mês de agosto de 1954? Apesar de esses terem sido os expoentes máximos do engajamento político verificado ao longo do governo Vargas, muitos outros meios de comunicação também se mobilizaram no acirramento do debate oposição-governo, sendo que a maioria se enquadrou nos ataques ao presidente. Isso, em meio ao processo de modernização, que estava em curso na imprensa brasileira, direcionado à objetividade jornalística. Como depreender essa dicotomia evidente entre engajamento e objetividade?

Há de se ressaltar o fato de que os meios de comunicação apresentavam problemas de caixa inerentes aos de uma empresa comum; o diferencial é que seu poder de influência altíssimo era utilizado como uma arma para adquirir recursos facilitados do governo. Foi por isso que muitos órgãos jornalísticos conseguiram se modernizar, adquirindo equipamentos de última geração e realizando outros importantes investimentos. A descrição de Ana Paula Goulart, a respeito do tema, ilustra a diferença do contexto brasileiro para a implementação do jornalismo empresarial nos países desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos:

Isto significa que relações arcaicas (políticas, baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc.), em certa medida, financiaram a modernização da imprensa, fato que aponta para uma lógica bastante diferente daquela da IC nos países capitalistas avançados, como os Estados Unidos. Lá, como vimos, a publicidade possibilitou o surgimento de jornais de grande tiragem e baixo preço (*penny press*) e o desaparecimento dos jornais de opinião. (Ribeiro, 2000, 29).

Contudo, o grau de acirramento da grande mídia em relação ao governo Vargas alcançou parâmetros que vão além dessa esfera de coação para a obtenção dos interesses dos grupos jornalísticos. O histórico de Getúlio Vargas pesou muito para a deterioração no seu trato com a imprensa do país; quando de sua passagem pelo poder Executivo, por um período de 15 anos (1930 – 1945), muitos donos de meios de comunicação e jornalistas foram coagidos pela censura e até mesmo presos. Além disso, sua plataforma de governo se chocava frontalmente contra setores da elite nacional e interesses externos. Medidas como o monopólio estatal do setor petrolífero e o aumento substancial do salário mínimo iam de encontro às bandeiras dos grupos já descritos, sendo que estes eram associados fortemente a

amplos setores da mídia nacional; esta, por sua vez, defendia tais interesses e bradava contra os atos de governo que os contrariasse.

Esse estudo demonstrou alguns outros fatores peculiares para explicar o engajamento político presente encontrado nos meios de comunicação descritos no segundo capítulo. Assis Chateaubriand, Samuel Wainer e Carlos Lacerda transpuseram seus posicionamentos específicos para a linha editorial de seus respectivos órgãos de imprensa, incidindo em posições contrárias ou favoráveis ao governo.

Para Assis Chateaubriand, os interesses dos *Diários Associados* serviam como a finalidade de seus posicionamentos e campanhas midiáticas. Para angariar apoio ao que demandava, Chatô se associava àqueles que acatavam suas demandas, tanto na esfera empresarial como nas suas extravagâncias e pioneirismo em frentes além da mídia. Conforme foi demonstrado no estudo de sua trajetória, sua relação com políticos, sobretudo Vargas, foi orientada exatamente por esse aspecto; provia apoio quando os interesses de ambos se complementavam e rompia violentamente quando sentia estar prestes a perder algum privilégio ou chance de expandir seu império de comunicação. No auge da campanha contra a *Última Hora*, o dono dos *Associados* concedeu a TV Tupi para Carlos Lacerda desferir seus ataques contra Samuel Wainer. A descrição de Fernando Morais a respeito da diferença de ambos nessa ofensiva é emblemática acerca do modo como Assis Chateaubriand desempenhava a atividade jornalística:

Para Lacerda, Wainer e os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil à *Última Hora* eram apenas o pretexto de que precisava para atingir seu verdadeiro alvo, Getúlio Vargas. A Chateaubriand importava pouco que o governo tivesse ou não emprestado dinheiro a quem quer que fosse: o que ele não podia era permitir o crescimento incontrolável de um concorrente perigoso, cujos primeiros passos eram idênticos aos que ele dera nos anos 20 e 30. (Morais, 2004, 551).

Samuel Wainer, por sua vez, foi o único dono de meio de comunicação a se engajar ativamente na defesa do governo Vargas. Sua atuação na cobertura das eleições de 1950, quando manteve contatos freqüentes e íntimos com o candidato petebista, fez com que houvesse um interesse mútuo entre os dois; o jornalista visava ter seu próprio jornal e o presidente que acabara de se eleger visava quebrar a oposição dominante da grande mídia. As facilidades obtidas para concretizar o desenvolvimento de a *Última Hora* tiveram a defesa maciça da figura de Getúlio como moeda de troca.

O fato de o presidente ter feito considerações acerca da linha editorial do jornal, bem como ter mantido contatos com Wainer para combinar diretrizes de expansão dessas atividades jornalísticas torna a análise dos posicionamentos do jornal um tanto previsível. Os preceitos de imparcialidade e senso crítico ficaram seriamente prejudicados neste caso, não possibilitando um registro minimamente isento de suas reportagens acerca do Governo Federal. A associação do jornal ao getulismo era tão forte, que na cobertura da crise política de agosto de 1954, Wainer sabia estar diante da possibilidade de cair junto com o presidente, conforme relata em suas memórias:

Na *Última Hora*, cujas edições retrataram o drama em seus detalhes, pressentíamos a iminência do naufrágio, mas prosseguíamos na luta, publicando sucessivas manchetes contra Lacerda, a quem acusávamos de agente provocador e golpista. A tiragem do jornal crescia incessantemente, até porque só a *Última Hora* publicava declarações e argumentos vindos do lado getulista. Eu não tinha dúvida alguma de que também submergiria naquele naufrágio, mas estava decidido a afundar atirando. (Wainer, 2003, 202).

Por fim, cabe ressaltar o envolvimento político mais destacado de um jornalista à frente de um meio de comunicação no período e talvez, até mesmo, na história do Brasil. Ao contrário de Assis Chateaubriand que chegou a se eleger como Senador para amealhar mais influência ao seu conglomerado, Carlos Lacerda vislumbrava a política como um fim. Lacerda já havia exercido cargo político, como vereador, no final da década de 40, mas preferiu canalizar suas energias no seu jornal nos primeiros anos do governo Vargas. Sua atuação não se limitou às redações, já que manteve estritos contatos com políticos de renome da oposição e com militares de alta patente que exerciam forte influência no cenário nacional.

Ciente da forte popularidade do presidente Vargas e das dificuldades de seu partido, a UDN, vencê-lo pelas vias eleitorais, Lacerda procurou buscar fórmulas além da Constituição para justificar a saída de cena do líder gaúcho. Apesar do fato de que Getúlio estava com mais de 70 anos quando retornou à presidência e da sua procura de demonstrar apreço às instituições democráticas, o jornalista manteve fortes pressões sob a justificativa de que o presidente poderia arquitetar novo golpe para manter-se no poder. O grande temor dos udenistas era a grande influência de Getúlio no apoio à escolha de seu sucessor, o que poderia deixar o partido à margem do poder Executivo por mais cinco anos. Em 1954, o jornalista seria candidato às eleições legislativas, o que acentuou sua combatividade neste período. Carlos Lacerda ainda viria a se eleger Governador do Estado da Guanabara, porém seu

vislumbre maior era se tornar presidente da República, sonho este que nunca viria a se concretizar.

Como podemos depreender do presente trabalho, há uma dinâmica constante no jogo político e econômico, com intensa participação dos meios de comunicação. O período histórico verificado mostrou a tentativa de modernização e diferenciação da mídia e, ao mesmo tempo, uma simbiose desconcertante com o poder e a interferência no cenário político. Os acontecimentos do segundo governo Vargas e os posicionamentos midiáticos fornecem material para ampla reflexão, instigando o questionamento atual sobre este tipo de relação. Apesar de considerável parte dos meios de comunicação atuais transpirem objetividade e imparcialidade, estarão eles livres de influências similares às aquelas observadas neste estudo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Antonio, Theodoro M. **Última Hora e a renovação da imprensa brasileira**. 1978. 110 f. Tese de concurso público para professor titular, no setor de jornalismo do Departamento de Arte e Comunicação Social da UFF, Niterói, 1978.
- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda – a vida de um lutador** Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N. (org). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- MORAIS, Fernando. **Chatô o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, ECO/UFRJ, 2000.
- RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 2**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.
- RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas 3**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.
- ROCHA, Valentina Lima (Org). **Getúlio uma história oral**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver – Memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WELTMAN, Fernando Lattman et al. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Jornais pesquisados:

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 05 a 24 ago 1954. Biblioteca Nacional.

Última Hora. Rio de Janeiro, 05 a 24 ago 1954. Biblioteca Nacional.